



ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALBUFEIRA
REALIZADA NO DIA 25 DE SETEMBRO DE 2023

Ata n.º 24

Aos vinte e cinco dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e três, reuniu a Assembleia Municipal de Albufeira, pelas 21:00 horas, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, por convocatória de quinze de setembro e aditamento de dezanove de setembro, sendo a Mesa Composta por: -----

Presidente da Assembleia Municipal: Francisco José Pereira de Oliveira; -----

Primeira Secretária: Cláudia Sofia Pais Raimundo; -----

Segundo Secretário: José Manuel Guerreiro Vila-Nova; -----

e com a seguinte ordem de trabalhos: -----

PONTO UM: Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara Municipal, nos termos da alínea c) do n.º 2 do Art. 25º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro; -----

PONTO DOIS: Tomada de conhecimento dos Apoios concedidos às Juntas de Freguesia; -----

PONTO TRÊS: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização prévia prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, referente à Candidatura "Construção do Edifício de Serviços de Saúde em Albufeira" no âmbito do Aviso Convite n.º 13/C01-i01/2023 - Construir novas unidades/polos de saúde, com necessidades de energia primária pelo menos inferiores em 20% ao padrão NZEB, para substituir edifícios desadequados - 2.ª Fase; -----

PONTO QUATRO: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização prévia prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, referente à Candidatura "Conservação e Beneficiação do Centro de Saúde em Albufeira" no âmbito do Aviso Convite n.º 14/C01-i01/2023 - Requalificar ou adaptar edifícios para aumentar a eficiência energética, cumprir planos de contingência e/ou assegurar a acessibilidade, a segurança e o conforto de utentes e profissionais - 2.ª Fase; -----

PONTO CINCO: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização prévia prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, referente à Candidatura "Aquisição de 18 Abrigos de Passageiros no concelho de Albufeira" no âmbito do Aviso 5/2023 - Apoio à Promoção do Transporte Público e Capacitação das Autoridades de Transportes; -----

PONTO SEIS: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização prévia prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, referente à Candidatura "Monitorização da Concessão da Rede de



Transportes Urbanos no concelho de Albufeira" no âmbito do Aviso 5/2023 - Apoio á Promoção do Transporte Público e Capacitação das Autoridades de Transportes; -----

PONTO SETE: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização prévia prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, referente à Candidatura "Estudo para Definição de Transportes Flexível para o concelho de Albufeira" no âmbito do Aviso 5/2023 - Apoio à Promoção do Transporte Público e Capacitação das Autoridades de Transportes; -----

PONTO OITO: Apreciação e deliberação, sob proposta do Presidente da Câmara, da autorização prévia prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, referente à repartição de encargos do Concurso Público para "Aquisição de Serviços de Limpeza nas escolas e noutros Equipamentos Educativos do município de Albufeira", até ao limite de 320.000,00€ + IVA; -----

PONTO NOVE: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização prévia prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, referente à repartição de encargos do Concurso Público para "Empreitada para Execução de Coletor Pluvial de Meia Encosta Poente", pelo valor base de 1.831.113,00€ + IVA; -----

PONTO DEZ: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, do Regulamento do Conselho Municipal de Segurança; -----

PONTO ONZE: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, do Acordo de Aprovação do Plano Intermunicipal de Transporte Escolar; -----

PONTO DOZE: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização prévia prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, referente à minuta do Contrato de Cooperação Interadministrativo para obras de construção do novo posto territorial da Guarda nacional republicana de Olhos de Água; -----

PONTO TREZE: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da aprovação prevista na alínea b) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro referente à Proposta de "Taxas a cobrar pelo município de Albufeira pelo Licenciamento de atividades desenvolvidas e ocupação privativa do domínio público marítimo, no âmbito da Transferência de Competências concretizada pelo Decreto-Lei n.º 97/2018, de 27 de novembro; -----

PONTO CATORZE: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da 3.ª Revisão - Alteração Modificativa das Grandes Opções do Plano 2023-2027; -----

PONTO QUINZE: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da 3.ª Revisão - Alteração Modificativa ao Orçamento e ao Plano Orçamental Plurianual 2023-2027, incluindo a 2.ª alteração ao Mapa de Pessoal, incluindo Plano de Recrutamento para o ano 2023; -----



PRESENCAS: Adriano Duarte de Horta e Nogueira Ferrão, Francisco José Pereira de Oliveira, Raúl Manuel Soares Ferreira, Carlos Sérgio Freire Quintino, Inês Pinto da Mota de Barbosa Mendonça, Mónica Filipa Dâmaso Félix Coimbra, Helena Maria Palhota Dias Simões, Domingos Manuel Martins Coelho, Dário Manuel dos Santos Ramos Pereira, Luna Silva, Leonardo Manuel Teixeira do Paço, Luis Matias Afonso, Sílvia Manuela Martins Cabrita da Silva Dias, Carla Alexandra dos Santos Vieira, Margarida Maria Jorge Guilherme, Cláudia Sofia Pais Raimundo, André Jorge Pardal Milheiro Lima, José Manuel Guerreiro Vila Nova, Carlos Manuel Brito Mendes, Carla Alexandra Sousa Bentes Madeira, bem como os Presidentes da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água - Indaleta Cabrita, de Ferreiras - Jorge do Carmo, da freguesia da Guia - Dinis Nascimento e de Paderne - João Ruaça. -----

Faltas: Helena Dias, falta devidamente justificada.. -----
Registou-se ainda, a presença do Presidente da Câmara Municipal, José Carlos Martins Rolo e dos Vereadores, Ricardo Jorge Coelho Clemente da Silva, Cristiano José da Ponte Cabrita, Victor de Oliveira Ferraz, Cláudia Cristina Dias Guedelha e António Abel Zua Coelho. -----

Havendo quórum (**vinte e quatro presenças**), o Presidente da Assembleia deu início à sessão informando que a sessão irá ser gravada e transmitida em direto para o canal YouTube. -----

PERIODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO: -----

Paolo Funassi: "Boa noite a todos, o meu nome é Paolo Funassi, Albufeira é um paraíso e como todos os paraísos todas as pessoas querem ir para lá, por isso é um dos poucos concelhos portugueses que ano após ano tem sempre mais população, por isso acolhe pessoas vindas do mundo inteiro, por isso a sua pujança económica atrai trabalhadores dos quatro cantos da terra. As suas belezas naturais e a sua qualidade de vida, os seus ares incontaminados atraem também pessoas que escolhem vir morar aqui e não por questões económicas, como as que citei anteriormente. Albufeira atualmente já têm dezoito mil residentes estrangeiros legais, mais os que ainda não regularizaram a sua situação, acho que se pode dizer que quase cinquenta por cento dos habitantes são estrangeiros, havendo noventa comunidades diferentes e a tendência é continuar a aumentar, sem contar os milhares e milhares de turistas, maioritariamente também são estrangeiros. Quero deixar bem claro que, Albufeira está cada vez mais brilhante e multicultural. A cidade e o seu povo são dos mais tolerantes do mundo, ser português é ter um pedacinho do mundo todo dentro de si. Mas lamentavelmente, algum episódio de intolerância ainda permanece, basta ver nas redes sociais os ataques e a censura, repito



censura, que teve uma foto minha junto de um amigo indiano pedindo mais integração. A integração é o caminho para a paz. A integração, e deixo bem claro, tem de ser nos dois sentidos, dar e receber. Os fenómenos migratórios são imparáveis, seja de ricos e mais ainda de pobres, portanto o caminho para evitar problemas futuros é intervir hoje, mas não construindo muros e discriminando, mas construindo pontes e tentando integrar. Como digo sempre, mesmo como estrangeiro, sou um nacionalista albufeirense, mas um nacionalismo de inclusão, todos unidos pelo amor de Albufeira. A integração já é uma realidade em muitos âmbitos da vida da cidade, por exemplo, nas escolas onde os miúdos são um exemplo para todos nós. Onde se fazem amigos, independentemente da cor da pele e do país de proveniência. Para eles não existem italianos, turcos, chineses ou indianos, existem só crianças. Como dizia o grande escritor uruguaio Eduardo Galeano, "Teu Deus é judeu, a tua música é negra, o teu carro é japonês, a tua pizza é italiana, o teu gás é argelino, o teu café é brasileiro, a tua democracia é grega, os teus números são árabes, as tuas letras são latinas e eu sou teu vizinho" Portanto a integração já é uma realidade, menos na política albufeirense, onde somos sub-representados por não dizer sem representação. Só eu apareço às vezes para fazer alguma substituição, mas esta situação tem de ser mudada nas próximas eleições, porque assim como tudo melhorou, quando se deu a representação política às mulheres, não se pode ter integração completa deixando de fora quase cinquenta por cento da população. Porque é inevitável que se a política albufeirense não se ocupar dos estrangeiros, os estrangeiros se ocuparão da política albufeirense para obter mais representação e integração. Os estrangeiros contribuem anualmente com muitos milhões no orçamento municipal, mas não decidem o que fazer com ele. Até agora houve muito desinteresse por questões ligadas a quase inexistente representação, situação que começamos a mudar através de iniciativas de conscientização, mais iniciativas que virão nos próximos tempos, entre os quais, anúncio já, campanha de recenseamento. Nossos inimigos têm o relógio, mas nós temos o tempo, quem faz isto por paixão tem a constância e a força para nunca desistir. E quem me conhece sabe a constância que tenho, foram incomodar o italiano errado. O CLAIM, Centro Local de Apoio à Integração de Migrantes, é um serviço da Divisão de Ação Social do Município de Albufeira que resulta de um protocolo com o Alto Comissariado para as Migrações. Pretende garantir o acolhimento, informação e apoio aos cidadãos migrantes, em diversas áreas, nomeadamente trabalho, saúde, educação, reagrupamento familiar, nacionalidade, retorno voluntário e legalização. Tenciona,



igualmente, promover e dinamizar ações que favoreçam uma maior e melhor integração da população migrante facilitando o seu processo de integração social, bem como evidenciar as diferentes culturas existentes no concelho. Pergunto, portanto, ao Presidente da Câmara, Senhor Carlos Rolo, como julga o trabalho desenvolvido até agora pelo CLAIM, e se há projeto ou iniciativa que a Câmara Municipal para facilitar o processo de integração social? Sem nunca esquecer todo o bem, por exemplo, que tem feito desde que começou a guerra na Ucrânia, e o acolhimento aos nossos irmãos ucranianos. Por último, queria terminar o meu discurso com uma frase em inglês "the best days and the democracy best days in Albufeira is yet to come". E queria também dizer ao Leonardo Paço que se quer resolver o problema do tempo, que venha falar como um munícipe que tem cinco minutos." -----

Presidente da Câmara: "Boa noite a todos, queria cumprimentar o senhor Paolo Funassi pela dissertação que aqui fez, sobre a viagem que fez sobre o mundo inteiro e sobre Albufeira, portanto, o ponto de encontro Albufeira. Dizer que o CLAIM tem feito o seu trabalho de uma forma esmerada, dedicada e vai continuar a fazê-lo, com certeza que Albufeira tem que ser mesmo isso, tem que notar-se pela integração, não só nas escolas, isso compete aos agrupamentos escolares e aos professores, mas também fora das escolas, nas empresas e na sociedade em geral, enfim, aí tem que haver uma equivalência, tem que haver uma dupla implicação, tem que ser de lá para cá e de cá para lá também, portanto, não conta só receber bem, mas é preciso também saber ser recebido bem. Penso que continuaremos a fazer o melhor possível, o melhor que sabe e muitas vezes são questões até desconhecidas, que muitas vezes não se sabe." -----

Não havendo mais intervenções por parte do público, o Presidente da Assembleia deu início ao Período Antes da Ordem do Dia. -----

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA: -----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----

Inês Mendonça: "Muito boa noite a todos, com esta minha intervenção de hoje, pretendo fazer aqui menção a duas notas positivas. A primeira nota positiva, é referente ao mais recente pacote de medidas de apoio às famílias, no pagamento do crédito à habitação que foi aprovado na passada semana pelo Governo e que visa atenuar o impacto dessa subida das taxas de juro, que tem sido galopante. Essas medidas resumidamente, visam reduzir as prestações de crédito à habitação, reforçar a bonificação temporária de juros e prolongar a suspensão da comissão de reembolso antecipado. Ora, do meu ponto



de vista, estas medidas revelam-se de uma grande importância neste momento que vivemos e que todos nós assistimos, infelizmente, alguns de nós que sofrem com essa subida das taxas de juro, só para termos uma ideia atualmente no total dos créditos à habitação que existem, a prestação neste momento, já aumentou cerca de cinquenta por cento, sendo que grande parte da população e das famílias portuguesas, aproximadamente oitenta e sete por cento tem que recorrer a empréstimos para poder comprar casa e, por isso mesmo, todas estas medidas que venham aliviar e minimizar este impacto que é a subida das taxas de juro nas famílias tem, de facto, uma grande relevância e, por isso mesmo, fica aqui esta a minha nota positiva, que deste pacote de medidas que trata de um dos problemas da habitação, que é a subida das taxas de juro. Nós temos outros problemas relacionados com a habitação, que é precisamente a falta dela, a inexistência de habitação a preços controlados e acessíveis a grande parte da população portuguesa e essas medidas têm que ser sempre encontradas e adotadas, não só pelo Governo Central que tem um papel essencial na criação dessas medidas, mas também pelas autarquias, neste esforço conjunto, nomeadamente através de construção de mais polos habitacionais. A minha segunda nota positiva vai para aquela que foi então a primeira exposição artística subaquática do território Marítimo português, da autoria do artista plástico Vhils. Segundo li, nos últimos meses, várias obras deste artista foram submersas a cerca de duas milhas da costa de Albufeira, sendo que grande parte dos materiais utilizados foram recolhidos de peças centrais termoelétricas a carvão e fuel da EDP. Para além deste lado artístico desta exposição, e também do reconhecimento que este artista tem a nível nacional, entendo que, a relevância deste projeto consiste no facto de apelar a temas que são prementes atualmente, tais como a sustentabilidade ambiental, a reciclagem, o respeito pela natureza, a proteção dos recursos naturais e também ensinando a utilizar aos recursos naturais com alguma parcimónia, a promoção do ecossistema sadio e em equilíbrio, entre outros aspetos ambientais. Para além disto, esta iniciativa diversifica a oferta turística em Albufeira e, claro, promove a cidade como uma cidade que se preocupa com o meio ambiente e, por isso mesmo, quero fazer aqui esta minha nota positiva e apresentar os meus agradecimentos e dar os parabéns à Câmara Municipal de Albufeira, na pessoa do Senhor Presidente e a todas as outras entidades, porque, segundo li foi um trabalho conjunto de várias entidades que participaram e que apoiaram das mais diversas formas este projeto que, pode parecer um pequeno projeto, mas que eu acho que é um grande passo no sentido de



consciencializar as pessoas para a temática ambiental que mais do que nunca, é um tema que merece ser falado e ser dada importância."-----

Luna Silva: "Na pessoa do Senhor Presidente da Câmara, Doutor José Carlos Rolo e do Senhor Presidente da Assembleia Municipal Doutor Francisco Oliveira, considerem-se todos cumprimentados. Na passada Assembleia Municipal de quatro de setembro de dois mil e vinte e três, foi aprovado por unanimidade a proposta de transferência de competências para as autarquias e entidades intermunicipais na área da educação. Assim, é da competência destes órgãos o planeamento intermunicipal da Rede de Transporte Escolar e da oferta educativa de nível supramunicipal. Senhor Presidente, educação é um direito constitucionalmente consagrado na Constituição da República Portuguesa. Todos têm o direito ao ensino, com garantia ao direito à igualdade de oportunidades de acesso e êxito escolar. Sucede que nas últimas semanas, várias famílias do concelho de Albufeira têm demonstrado o seu desagrado e descontentamento quando verem os seus filhos de três anos, sem uma única vaga de inscrição nos jardins de infância ou na pré-primária. As soluções apresentadas pelos jardins de infância foram uma lista extensa de espera e uma possível vaga caso haja uma desistência. A inexistência de colocações para estas crianças impossibilita que estes pais possam regressar à sua atividade laboral. Tive conhecimento que já foram tomadas providências no Jardim de Infância das Ferreiras e no Jardim de Infância de Olhos de Água, contudo, e de acordo com estes pais, são insuficientes face ao número elevado de inscrições pendentes e, por isso, questiono este executivo com poder agora de competência na área da educação, que medidas estão a ser tomadas para que estas crianças não fiquem privadas do seu direito de educação? Quais são as soluções que a Câmara Municipal de Albufeira tem para todas estas crianças de três anos que não têm vagas nos jardins de infância?" -----

Raul Ferreira: "Muito boa noite, começo a minha intervenção por dar os parabéns à Câmara Municipal, por no passado dia treze de setembro, se ter lembrado de um grande vulto, não só da cultura portuguesa, mas também da política portuguesa que foi Natália Correia. Efetivamente, esta senhora merece todas as honras que lhe são atribuídas, foi uma pessoa ímpar na defesa dos direitos das mulheres e não só, dos direitos daqueles mais desfavorecidos, mesmo no tempo em que falar era perigoso, portanto, a sua coragem, a sua empatia, o seu trabalho, toda a sua obra merece certamente o reconhecimento de todos, e a Câmara Municipal de Albufeira e muito bem, lembrou-se.



Contudo, não posso deixar de fazer aqui um pequeno reparo, efetivamente, acho que merecia uma divulgação maior da parte dos média, de toda a gente que certamente tem competências para divulgar este espetáculo, porque assisti a uma plateia um pouco reduzida para a dimensão da pessoa humana que foi Natália Correia, portanto, isto é um pequeno reparo, eu penso que pode ser corrigido facilmente. Compreendo também que este tipo de espetáculo não pode ter um impacto que outros tem, que são mais voltados para as massas e possivelmente, este espetáculo terá sempre um impacto menor. A segunda parte da minha intervenção tem a ver também com a Orquestra do Algarve, o maestro Martins Sousa Tavares há poucos dias disse que a orquestra está com uma nova dinâmica e com vontade de fazer coisas novas, e eu fazia aqui uma sugestão ao município, ao executivo camarário no sentido de, se calhar, dar um pequeno contributo para a divulgação da música clássica. Nós vemos aqui em Albufeira imensos espetáculos, todos voltados para um tipo de público, mais como um público de massas, e eu penso que a música clássica também tem o seu lugar, tem o seu público e talvez a Orquestra do Algarve conseguisse também fazer espetáculos engraçados em Albufeira, até como aqui já foi falado hoje pelo senhor deputado Paolo Funasi, existe aqui uma grande migração, portanto, uma comunidade estrangeira muito grande, porque não fazer o convite para dar a conhecer autores portugueses de música clássica, que são tantos e tão bons e dá-me a sensação que são mais conhecidos no estrangeiro do que no próprio país. Talvez fosse bom fazermos espetáculos com Vianna da Motta, Fernando Lopes Graça, uma série deles que têm valor e até um que está vivo, António Vitorino de Almeida. Era engraçado fazer esse convite à Orquestra do Algarve para termos aqui uma oferta um bocadinho também diferente e não só, para que os residentes de Albufeira possam também ter um espetáculo sem ter que se deslocar a Lisboa ou Faro, apesar de Faro ser aqui perto, mas é sempre algo incómodo. Uma terceira parte da minha intervenção, acho que cabe aos deputados darem voz àqueles que nos elegeram, e nesta semana fui contactado por duas pessoas que me falaram no mesmo assunto que a deputada Luna Silva falou aqui, que foi a falta de vagas para as crianças com três anos nos jardins de infância. Eu penso que essa é uma situação num concelho como o nosso que tem alguns recursos, não pode acontecer e gostava, porque não tenho conhecimento pessoal sobre o assunto, de ser esclarecido quanto a isso. Porque é que isso aconteceu? A ter acontecido, o que foi feito e o que vai ser feito? E também, o que não foi feito para isso acontecer na eventualidade de isto ser uma realidade." -----



Helena Simões: "Boa noite a todos, cumprimento todos na pessoa do Presidente da Assembleia Municipal, gostaria de enaltecer as palavras da deputada Inês Mendonça quando se referiu ao recém pacote de ajuda do Governo, face ao aumento da taxa de juros e face aos empréstimos à habitação. Eu recordo que este programa nada mais nada menos é do que, substituir o anterior que falhou e que não respondeu às necessidades do povo que continua estrangulado ainda assim, com a questão do aumento das taxas de juro, por isso vir aqui vangloriar-se que, por ora, surgiu um pacote, não! O pacote vem agora, porque vem repor aquilo que o inicial não conseguiu sanar. Gostaria de agradecer o trabalho do executivo na publicidade que se encontra dispersa pelo concelho em que, convida ao turismo trezentos e sessenta e cinco dias por ano, em que a imagem, a mensagem é acolhedora, porque para quem não sabe, Albufeira não é só turismo de verão, há muito turismo sénior, há muito turismo fora de época. Gostaria também de enaltecer o projeto Art Reef riff do Vhils, que não só a componente ecológica e ambiental, também a componente do desporto e a componente do turismo, o ano todo, porque é uma atividade desportiva que, de alguma forma, vem complementarizar a própria iniciativa do executivo em fazer publicidade para tentar captar turismo o ano todo que, imagine-se, vem em contraciclo com as decisões do Governo, uma vez que, uma vez mais, o pacote mais habitação foi aprovado com maioria apenas e só exclusivamente, do PS isoladamente e que, de alguma forma, se por um lado, aqui a nível local, estamos a trabalhar para manter um turismo doze meses por ano, trezentos e sessenta e cinco dias por ano, porque nós não vivemos só no verão, vivemos no inverno também, já o Governo continua a deitar por terra as nossas expectativas." -----

Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras: "Boa noite a todos, vinha fazer aqui alguns alertas, alguns deles foram feitos lá na minha Assembleia de Freguesia, os parques infantis tanto os que estão na rua Primeiro de maio e na Associação de Moradores, desde o covid que estão encerrados. Já estão encerrados há mais de dois anos, segundo me têm dito, e são os únicos parques que nós temos naquela zona. Só temos quatro parte infantis, dois estão encerrados e há mais de dois anos. Depois quero elogiar o município, porque vamos ter uma obra finalmente em Ferreiras, a estrada do Paraíso, já saiu nos jornais, mas na minha Assembleia fomos alertados para o seguinte: toda a gente sabe que as Ferreiras têm grave problema, que os esgotos estão ligados às águas pluviais naquela estrada, é precisamente onde está o maior flagelo e tenho mandado



cartas, ainda há cerca de quinze dias mandei para a Câmara, que foram as primeiras águas que choveram e o restaurante o Mirante ficou logo inundado, a tampa do esgoto saltou e ficou tudo cheio de esgotos, em frente a um restaurante. Em frente ao Vidaul as caixas estão tapadas com plásticos, por causa do cheiro, não pode estar, mas estão tapadas por causa do cheiro. Em frente ao restaurante do Vicente, da outra vez quando choveu fez ali uma piscina, e fomos ver, porque nós temos uma empresa que faz a limpeza das sarjetas, e a sarjeta estava também tapada com um plástico, por causa do cheiro. Se vamos fazer um investimento como vai ser feito ali, se não mexermos nesta parte estrutural vamos continuar com o mesmo problema. É estarmos a jogar cimento para o alcatrão, mas não vai resolver os nossos problemas, portanto, uma vez que vão fazer uma intervenção, acho que a intervenção deveria ser feita com cabeça, tronco e membros e resolver de uma vez por todas o problema que já se arrasta há mais de vinte anos naquela zona. Depois questionaram-me também, e sabemos que a obra está projetada para de cem dias, portanto, cerca de três ou quatro meses, que tem sempre tendência para a gravar, queria saber se havia alguma estrada alternativa, porque aquela estrada é a estrada principal que liga Paderne, liga o Algoz, liga Tunes, ali passa muito trânsito, é uma artéria muito importante, uma vez com obras de três ou quatro meses, temos de arranjar uma alternativa para desviar o trânsito dali daquele centro, porque senão vamos ter uns grandes transtornos ali. Passando agora a outro assunto, um assunto que já me venho debatendo há muitos anos, é o contrato de delegação de competências, como já disse, ainda na semana passada, continuei a mandar um ofício com alguns pareceres, onde está a dizer que os caminhos de terra batida são da competência exclusiva da Câmara. Nós estamos a fazer desde dois mil e dezassete isso, e eu penso que, as outras freguesias estão a fazer igual, temos pareceres de várias entidades, uma de um Secretário de Estado, que já é antiga, mas foi na altura quando saiu a lei, que diz que pertence à Câmara. Outra coisa que ainda esta semana aconteceu, que são as podas das árvores. Nós temos um contrato interadministrativo, onde temos a delegação de competências e até vem bem mapeado, uma coisa são zonas Verdes, outra coisa são as árvores que estão nas avenidas, porque quando foi negociado o contrato-programa, as pessoas com quem negocie disseram que só seria a Avenida vinte e cinco de abril, que tem quatrocentas e trinta árvores. Nas ferreiras são cerca de duas mil e trezentas, a dois mil e quatrocentas árvores que nós fizemos, porque a câmara não quis incluir no contrato interadministrativo, porque era muito dinheiro, por cada corte de árvores são



cento e trinta euros, uma árvore de porte elevado, e sessenta e cinco euros, de porte pequeno. Portanto, não quiseram incluir, mas depois chegam emails à junta de freguesia a dizer para a junta cortar uma árvore na avenida principal, que está na delegação de competências. Eu peço a quem está lá, para me enviarem o contrato interadministrativo sublinhado onde essa zona está incluída no contrato interadministrativo, mandam-me o contrato interadministrativo mas não mandam sublinhado, e o contrato já eu o tenho, assinei e tenho lá, não precisam estar a mandar o contrato. Mandem-me assinalado o que eu estou a pedir para saber. Depois, o valor da deservagem, fizemos um acordo há cerca de quatro, cinco anos, em dois mil e dezanove, só que com as alterações climáticas, temos vindo a ver que é insuficiente, estava contemplado duas ou três deservagens, mas se não fizermos cinco a seis deservagens por ano, aquilo anda sempre cheio de erva. Antigamente aquilo levava produto químico, era queimada e atualmente não se pode utilizar produtos químicos, portanto é uma coisa que tem de se rever. Outra coisa que ficou logo mal feita no contrato, são as fotocopiadoras das escolas, é a mesma coisa, também acho que temos de rever. Para terminar, nós tínhamos três funcionários cedidos pela autarquia, que se reformaram, só foi repostos um, então temos dois funcionários em falta e fazem bastante falta que eram os que estavam no exterior.” -----

Domingos Coelho: “Boa noite a todos, penso que todos nós já nos apercebemos que estamos a meio do nosso mandato e penso que talvez uma reflexão a meio não fique mal, tendo em conta que já parece que tenho pouco tempo, faria aqui uma reflexão um pouco mais breve. Penso que todos nós podemos e devemos contribuir para a melhoria dos trabalhos da Assembleia. Houve aqui situações, eu diria não muito agradáveis, de quase constantes incidentes regimentais de pessoas que pedem a palavra, contestam porque não têm a palavra, tomam a palavra antes do tempo, há quase sempre uma desautorização das decisões da mesa e penso que são situações que todos nós devemos ultrapassar ou, outros casos ainda menos edificantes, como uma alteração quase violenta entre membros aqui à porta da Assembleia. Eu lembro também, membros de uma bancada a bater palmas pela intervenção do seu líder, portanto, diríamos que há aqui uma espécie, de um espanto que eu tenho sobre estes pequenos incidentes. Também fiquei espantado, por exemplo, quando um partido se diz democrático, absteve-se a propósito da criação da comissão para as comemorações do vinte e cinco de Abril, espero bem depois ver quem fica no meio da fotografia para a altura que há de vir, e depois também me espanta



que o PSD, e temos que dar os parabéns, parece que se forem para eleições quase que já garantiu uma maioria, ou seja, mudam-se os tempos, mudam-se as vontades e não podia deixar de chamar à melhoria que é absolutamente necessária das condições de trabalho para os membros da Assembleia. Nós trabalhamos aqui exatamente, penso que o termo é literal, em cima do joelho, se eu quiser tomar uma nota tenho de pôr em cima do joelho, se quero me levantar tenho de arranjar maneira de pôr o dossier, ou então ponho no chão, tenho visto imagens de uma série de assembleias, todas as assembleias que tenho visto, os grupos têm uma mesa e um micro por cada grupo. Há dias estive num concelho que têm metade do orçamento desta Câmara e tem uma sala própria para a Assembleia. Eu penso que é altura de se pensar a sério, porque o que temos aqui é uma sala, diria que, para festas e não uma sala para trabalho." -----

Dário Pereira: "Muito boa noite, com estas palavras do deputado Domingos Coelho até estou incrédulo, onde é que eu estou, mas pronto, vamos aceitá-las de ânimo leve aqui. Eu trago uns pontinhos para falar muito simples. A primeira, vinha perguntar ao nosso Presidente, eu nunca fui um bom aluno em história, está aqui um professor de história, o professor Adriano Ferrão, o porquê da colocação da estátua do Gandhi num jardim de Albufeira? Muitos munícipes fazem-me essa pergunta, o qual eu não sei a resposta, eu agradecia que me esclarecesse nesse ponto. Segundo ponto que me traz aqui, é a festa na Marina de Albufeira, Never Ending Summer na Marina de Albufeira. Eu venho perguntar, porque ouvi nas redes sociais que a festa foi feita com fundos privados, não houve apoio da autarquia, o qual não corresponde à verdade, pelo que eu sei, a Câmara teve presente, a Junta de Freguesia de Albufeira esteve presente monetariamente, fisicamente e teve o apoio todos logístico no evento em si, portanto, um elemento de uma empresa que deu apoio vem a dizer que o evento tinha sido feito com fundos privados, o qual não corresponde à verdade, volto a dizer. O terceiro ponto que me traz aqui é a APAL, eu sou sócio da APAL, intermédio da empresa onde trabalho, venho perguntar o porquê de tantas deslocações para o exterior, a fim de trazer mais turistas para a nossa cidade, porquê? Estatisticamente falando, se vem um cliente é cem por cento, se vem dois aumentou mais cem por cento. Correto? É o que dizem. Nos Estados Unidos, um índice, vieram mais clientes este ano, houve um aumento de cem por cento da parte dos Estados Unidos de clientes que frequentaram Albufeira. Se formos ver o número de clientes que vieram, se calhar a viagem aos Estados Unidos não compensa,



digo eu, há operadores, há contactos, há feiras de turismo, não precisa viagens, isto é a minha opinião, vale quanto vale, a opinião de Dário Pereira. Estes são os três pontos que trago, ainda continuo à espera daquilo que referi nas suas Assembleias anteriores, da parte da instituição, que todos nós sabemos, para não voltar a falar o nome." -----

Mónica Coimbra: "Boa noite a todos, na quarta-feira passada, tive o prazer de participar na receção ao professor, evento dinamizado pela Divisão de Educação do município de Albufeira. Foi um fim de tarde muito agradável, onde fizemos uma visita guiada à cidade antiga, com o tema à descoberta da Albufeira. Ao ver o plano de atividades educacionais para o ano letivo dois mil e vinte e três, vinte e quatro, agenda essa entregue a todos os professores, constatei que existe articulação e dinamismo entre a divisão da Educação, a Divisão de Ação Social, a Divisão do Turismo, Desenvolvimento Económico e Cultural, a Unidade do Ambiente e o Serviço Municipal da Proteção Civil. Pergunto, Senhor Presidente, e a Divisão de Desporto e Juventude? Não participou no planeamento destas atividades, porquê? Na Divisão de Desporto e Juventude, gostaria de saber quais são as atividades estão planeadas para os alunos e para a comunidade. Aproveito para dizer e finalizar que no evento à receção aos professores, tive o prazer de falar com a vereadora Cláudia Guedelha sobre as dificuldades com o arranque do ano letivo nas escolas do concelho, a mesma informou-me que as situações mais complicadas estão a ser tratadas e que até à segunda semana de outubro, a situação estará resolvida. Esperemos que tudo se resolva e que os alunos, professores e assistentes operacionais tenham as condições dignas para uma boa prática pedagógica e espero que o ano letivo corra com muito sucesso." -----

Carla Vieira: "Os meus cumprimentos a todos, a minha intervenção hoje é direcionada para uma reflexão que peço a todos que façam, por isso, solicito um momento de silêncio. Pediu-se já por várias vezes aos membros desta Assembleia Municipal, cordialidade e linguagem adequada, pois assistimos ao vivo e a cores nas sessões seguintes ou na mesma sessão a comportamentos a roçar a agressividade na transmissão das mensagens, com ataques notoriamente pessoais e descontextualizados com o propósito que nos traz a esta casa, muitas destas intervenções são direcionadas para o individual, esquecendo o coletivo, abordando-se matérias que importam todos, naturalmente, mas que dependem do Governo Nacional e o tempo despendido em matérias e áreas do âmbito municipal contabilizado e concretizado é muito pouco, portanto, parece que andamos todos



distraídos com festas e festarolas e o que realmente importa e depende exclusivamente do executivo municipal, nas áreas fulcrais da nossa comunidade, educação, saúde, habitação, infraestruturas são continuamente subvalorizadas, pois a ação do executivo fica muito aquém do esperado e do necessário, facto constante nos relatórios de contas referente às taxas de execução. Temos o sentimento hoje, decorridos dois anos de mandato, que as intervenções quer com espírito crítico e construtivo, quer com recomendações ou sugestões, não são muitas vezes bem acolhidas e poucas foram atendidas e usadas para o bem de todos. A verdade é que o superior interesse coletivo leva a que os membros da Albufeira Prometida tenham vontade em continuar a levar por diante o seu propósito e função, isto é, uma ação com espírito crítico e fiscalizador das ações do executivo, insistindo nas questões que nos parecem essenciais e importantes para a vida da nossa comunidade. Não posso deixar de realçar o bom e eficiente trabalho desenvolvido por alguns departamentos da Câmara, contudo, tinha igualmente de dizer que há muitos outros que deixam muito a desejar, em atrasos consideráveis e inexplicáveis, em assuntos relativamente simples que não transpõe uma imagem positiva para o exterior. Há que harmonizar procedimentos e verificar que os assuntos são atempadamente resolvidos, porque a maioria deles são essenciais para os munícipes. O nosso entendimento é que, para melhor servir o povo e uma comunidade é não olhar ao partido, não olhar a ideologia, é ser altruísta para o bem comum. Meus senhores, não nos iludam, não iludam os munícipes, aceitem com humildade as opiniões, ainda que contrárias à vossa vontade e ideologia política e saibam reconhecer e acolher com agrado sugestões e recomendações que muitas delas são uma mais-valia e que podem melhorar o bem-estar dos nossos." -----

Domingos Coelho: "O senhor deputado Dário fez uma referência à minha intervenção e já agora gostava de perguntar-lhe, da minha afirmação, o que é que não corresponde à realidade ou que não correspondeu a acontecimentos aqui? Porque aquilo que eu disse foi exatamente o que aqui se passou." -----

Carlos Quintino: "Boa noite a todos, gostaria de começar precisamente falando sobre aquilo que são os dois anos que esta Assembleia e que estes deputados têm de mandato. Eu tenho uma visão um pouco diferente dos meus colegas deputados, acho que cada um com as suas características, todos aqui presentes, tentaram desempenhar as suas funções da melhor maneira, todos tentaram efetivamente contribuir de forma positiva para aquilo que são os anseios da população e de quem representam e, portanto, vejo



estes dois anos passados alguma serenidade, sabendo que há pontos realmente a melhorar, no desempenho de determinadas questões, mas também revendo de forma positiva, aquilo que é o trabalho de alguém que muitas vezes vem para aqui sem jantar, deixa de estar com a família, tem que fazer um determinado trabalho de casa para estar preparado para aqui estar, recebe uma documentação exaustiva que tem que estudar, muitas das vezes tem que se deslocar a determinados locais do concelho, sem ser remunerado, por isso, uma senha de presença que é uma senha que muitos deles abdicam e que não fazem grande questão de a ter e, portanto, eu gostaria de realçar pela positiva o trabalho de todos os presentes nesta sala. Depois disto, gostaria também de falar sobre aquilo que é o programa mais habitação aprovado pelo Governo que, no nosso entender, no entender da bancada do PSD/CDS não é um programa mais habitação, é um programa mais confusão, programa que em nada contribui para haver mais habitação no país. É um programa que vai contra aquilo que são os anseios de milhares de empresários do alojamento local, no Algarve, em Albufeira e, portanto, é uma teimosia do Partido Socialista continuar a levar a cabo este programa mais habitação. Foram muitas as reuniões, foram muitas as sugestões, foram muitas as pessoas ouvidas, foram muitas as manifestações, continua a haver manifestações, infelizmente, o Partido Socialista com aquilo que é a sua arrogante maioria continua a levar a cabo algo que já se percebeu, não é aquilo que a maioria da população portuguesa anseia no que diz respeito a esta matéria. Outra questão diz respeito àquilo que é o trabalho desenvolvido por este executivo em determinadas áreas que marcam pela diferença e, independentemente de alguns colegas já terem referido, o Art Reef, ao largo da Praia de Santa Eulália, marca efetivamente pela diferença, marca pela diferença porque proporciona aos habitantes e aos visitantes uma experiência diferente, marca pela diferencia, porque começa já está a ser falado em toda a Europa e em todo o mundo. Passou em inúmeros meios de comunicação social e eu acho que estes tipos de iniciativas apadrinhadas pelo município são iniciativas que realmente dignificam o nome de Albufeira, enquanto capital do turismo e enquanto o município que mais turistas recebe em Portugal e, portanto, os meus parabéns ao município pela colaboração nesta iniciativa. Outro tema que me traz aqui é um tema mais político-partidário, mas também que me é colocado frequentemente por municípios daquela zona, e falo da variante Albufeira, falo de uma variante que foi anunciada com pompa e circunstância há mais de uma década, uma variante que teve início de obra, teve movimentação de terras, teve inicialmente terrenos expropriados, teve um estudo de



impacto ambiental, teve um concurso lançado e que há mais de uma década ali se continua sem absolutamente nada, e eu falo disto numa altura que tantas obras são anunciadas pelo Governo do Partido Socialista, muitas delas subsidiadas, entre aspas, pelo PRR, há que pôr olhos ali naquela obra inacabada, nós temos no nosso município uma obra inacabada foi iniciada pelo Governo do Partido Socialista e que agora, sendo o Partido Socialista que está no Governo não consegue acabar uma obra inacabada. É uma obra que seria absolutamente estruturante para aquilo que é a entrada do nosso concelho, nós todos verificamos este ano, no verão, aquilo que é a dificuldade de acesso e as filas que se geram numa das entradas principais do nosso concelho e, portanto, ficava aqui o meu alerta, mais uma vez, como vos digo, também são perguntas que me são feitas pela população e naquilo que é a minha serenidade e tranquilidade e transparência com o qual exerço o meu mandato, de esta Assembleia poder constituir um grupo de trabalho no sentido de se avaliar o porquê da não continuidade daquela obra, se promover reuniões com o responsável do Governo para saber, porque eu sei, efetivamente, que o senhor Presidente da Câmara e ele tem transmitido isso, tem desenvolvido démarches frequentemente para que essa situação seja desbloqueada, mas também entendo que muitas vezes, o Presidente da Câmara com tantas competências que tem, não consegue sozinho e acho que esta Assembleia não se devia demitir dessa responsabilidade e, portanto, deixo esse apelo no sentido de que, efetivamente seja constituído um grupo de trabalho para nos debruçarmos sobre aquela variante que é uma obra a ser realizada, absolutamente estruturante para o município de Albufeira." -----

Raul Ferreira: "Quero deixar aqui a esta Assembleia uma informação, que eu penso que será útil para todos, nomeadamente para a bancada do PSD relativamente à AHSA. A AHSA tem um site em que têm um menu, onde tem documentos e nesse menu podem consultar as contas de AHSA desde dois mil e dezassete até dois mil e vinte e dois, portanto, tem os relatórios de atividade e contas, tem também o plano de atividade e Orçamento. Eu penso que com isto que estejam esclarecidos e quem quiser consultar é público." -----

Dário Pereira: "Só para responder ao deputado Raúl Ferreira, só uma questão. Nas últimas duas semanas, recebi funcionários da AHSA a agradecer, que receberam o subsídio de férias em tempo útil, o que é que quero dizer com isto?! Muito simples, antigamente os funcionários iam de férias, não recebiam os subsídios de férias antes de



irem de férias, recebiam posterior. Eu fico agradecido nestas palavras, em relação às contas, não tinha conhecimento, agradeço. Eu só espero que o deputado Raúl Ferreira não assine de cruz, como veio dizer aqui que tinha assinado de Cruz.” -----

Raul Ferreira: “Bem, não entrando em muitos diálogos, a noite vai longa, mas eu gostava de esclarecer uma coisa até por defeito de profissão, não costumo assinar de cruz, tudo o que assino por norma leio, essa é uma prática que ao longo da vida e ao longo da profissão que tenho faço conscientemente. Eu peço desculpa pela troca dos nomes, mas eu, até dentro da minha bancada já troquei o nome das pessoas, talvez tenha a ver com a idade e um bocado da velhice, torna as pessoas um pouco mais lentas e confusas, mas peço que me perdoem por esse facto, mas a idade não perdoa.” -----

Presidente da Assembleia: “Queria deixar aqui uma indicação ao deputado Carlos Quintino, relativamente à afirmação que fez. Eu penso que é injusta, tendo em consideração que, quem assistiu à votação que aconteceu na Assembleia da República, verificou que nenhuma proposta que foi apresentada por qualquer partido foi votada única e exclusivamente pelo Partido Socialista. Isto quer dizer que, se eventualmente se tomasse uma posição à esquerda, o que aconteceria é que, as propostas que seriam votadas e que seriam aprovadas, seriam propostas, por assim dizer da esquerda, se tomássemos uma posição à direita, essas votações e essas propostas seriam conotadas à direita. Na verdade o Partido Socialista, não com arrogância, mas sim com alguma determinação, teve que tomar aqui uma dianteira relativamente a esta matéria e o tempo o dirá, sobre aquilo que possa acontecer. Nós também sabíamos que viria o diabo, não veio o diabo, sabíamos também tantas outras coisas e, assim, vamos deixar que as coisas aconteçam para que se verifique o que será o futuro. Não me parece, uma atitude arrogante, parece-me sim uma atitude no sentido de defender os seus princípios. -----

Presidente da Câmara: “Agradeço as questões aqui levantadas, primeiro que a constatação de alguns factos, a nível nacional, outros relativamente ao concelho. Da Inês Mendonça, gradeço a referência sobre o Art Reef, falando aqui no cruzamento de várias valências, nomeadamente artística, biodiversidade, economia circular, turismo, porque, como já alguém disse, penso que o deputado Carlos Quintino, está já difundido em quase todas as partes do mundo, é preciso ver que há aqui um conjunto em todo o lado, há um conjunto de pessoas que são seguidoras do próprio mergulho e da exploração do fundo marinho e não sei se tiveram a oportunidade de ver todos, convido-os a ver, no Pau da



Bandeira, uma exposição que já está ali com dois meses sensivelmente , as peças estão lá no fundo, e já a quantidade de vida que elas comportam, portanto, no fundo aquilo que passa a ser uma maternidade, digamos assim, de peixes e à volta daquele recife. A deputada Luna Silva falou nas questões de transferência de competências, evidentemente que a rede escolar é da competência intermunicipal, portanto, não é da competência da DGESTE, que faz a divisão principalmente pelas escolas secundárias. E nós, já delegamos na AMAL, precisamente essa situação e depois também tem a questão dos transportes intermunicipais, que transportam alunos de Albufeira, que escolheram um curso que não existia nas escolas secundárias da Albufeira, portanto, vai para outro concelho, e de outro concelho virão para cá, caso aconteça a mesma situação. Relativamente à questão dos alunos ou das crianças sem vaga nos jardins de infância, para ter uma sala de jardim de infância, é preciso que haja inscrições, e houve, é preciso que haja depois autorização da DGESTE, que já temos autorização, para seis salas e portanto vamos ter mais seis salas de jardim de infância no nosso concelho, o que vai dar sensivelmente cento e cinquenta, cento e sessenta crianças a mais que o ano passado. Evidentemente que o objetivo destas salas agora tem de ser em módulos pré-fabricados, portanto, com todas as condições, quando se fala e módulos não se fala em contentores, como muitas vezes se diz erradamente, contentor é uma outra coisa completamente diferente e às vezes serve até para denegrir aquilo que são as instalações de um qualquer edifício. Eu ainda há uns anos, acompanhei uma escola no País de Gales, visitámos lá um jardim de infância que era todo feito em termos de módulo, portanto, isso não vem daí mal ao mundo, até porque existe qualidade em módulos, no entanto não é para ficar em módulos, os projetos já estão em andamento, estão praticamente terminados, temos alguns em candidatura, caso seja possível, quer do PRR quer do vinte trinta, nomeadamente Ferreiras, Vale rabelho, Correeira, Caliços, vai ser tudo ampliado. Depois temos a questão do deputado Raúl Ferreira, falou em pouca divulgação de alguns eventos, fica o registo e temos de mudar a forma de divulgação das coisas, para que se saibam que as coisas existem. Relativamente à Orquestra do Algarve quero recordá-lo, nós temos um protocolo, não sei se todos os municípios, penso que nem todos sabem, com a Orquestra do Algarve, seja ela na anterior versão, seja agora nesta versão, claro é a continuidade, em que a orquestra, com a verba, a ajuda financeira que os municípios lhe dão anualmente, tem por obrigação dar no concelho três ou quatro concertos, tem acontecido no auditório, já lá estive em vários, portanto, todos os anos acontece isso, e



o próximo ano não vai ser diferente, evidentemente, agora com esta nova versão, e eu digo nova versão, porquê? Porque há uns anos era Orquestra do Algarve e passou a Orquestra do Sul, junto com o Alentejo, e o ano passado fizeram a divisão novamente, ficou Orquestra do Algarve novamente, tem um novo maestro, até há dias houve uma apresentação no Hotel Eva em Faro, em que não pude estar presente, onde iam apresentar as várias versões que têm de pequenos grupos dentro da própria orquestra, que possa fazer outro tipo de atuações e de uma forma mais maleável e mais fácil de fazer. A par disto, temos um protocolo, por acaso foi à última reunião de câmara com a Orquestra Clássica do Sul, que é dirigida pelo maestro Armando Mota, morador em Albufeira, vamos ter três espetáculos no concelho, além disso temos uma atividade, o ano passado a orquestra assim o fez, uma atividade para os alunos das escolas. Estamos também a preparar isso, porque também entendo que a música clássica se deve divulgar, e é notório quando a Orquestra do Algarve vem ao Auditório, a maior parte dos assistentes são estrangeiros, não sei se os portugueses não sabem ou se está mal divulgado, pode ser isso. O Jorge do Carmo falou em algumas situações, registei a questão dos parques infantis que estão fechados, vamos indagar o porquê dessa situação, e verificar o que é que se passa, e o que será necessário fazer para os reabrir, e para os colocar ao serviço das crianças, que isso é que é importante. Relativamente à estrada do Paraíso, já há muito tempo que está prevista, teve um primeiro procedimento concursal que ficou sem concorrentes, daí ter demorado mais tempo e agora está no Tribunal de Contas. Tudo isto demora imenso tempo. Sobre a questão do tráfego, com certeza que os serviços da rede viária estarão a estudar isso para ver as várias opções, há algumas, embora não sejam muitas, mas se houver uma diminuição de trânsito as coisas podem ficar um pouco mais facilitadas, mas não vai ser fácil. A questão dos caminhos de terra batida, pois é uma situação que tem de ser analisada, assim como a poda das árvores. Sobre a deservagem e as alterações climáticas, a razão não será as alterações climáticas, se chover pouco notoriamente há pouca erva, porque a erva é com água, sol e calor tem havido com fartura, a água é que não tem havido assim muita nas ruas, mas poderá ser isso que disse há pouco, da questão de não utilização ou proibição de utilizar herbicidas. Relativamente à questão dos funcionários, é uma questão de ver, com certeza que vão ser repostos a qualquer momento, estão os procedimentos concursais em andamento. O deputado Domingos Coelho, fez algumas afirmações sobre a Assembleia, não me compete a mim estar a dissertar sobre elas. O Dário Pereira falou



na estátua do Gandhi, quero recordar que foi uma oferta da embaixadora da Índia em que ofereceu, à semelhança daquilo que tinha feito, já salvo erro com o Funchal e outro município no norte do país, possibilitou Albufeira ter uma estátua do Gandhi. Foi apenas e só essa situação. Relativamente ao Never Ending Summer, realmente não é verdade que a Câmara não tenha participado na coorganização, foram duas entidades, Marina de Albufeira e a Câmara Municipal que, evidentemente, há que, aqui afinar algumas afirmações que não sendo verdade, interessa repor a verdade. Aliás, foi aprovada em reunião de Câmara a verba atribuída a este evento, a esta entidade por via da Marina. Relativamente à Mónica Félix, o desporto e juventude obviamente estão sempre relacionados com a educação. Aliás, na educação são das entidades mais ativas na educação informal, são precisamente os clubes desportivos, portanto, a área do desporto. Para além disso, quero recordar que através das piscinas, a Câmara Municipal tem um protocolo com o Futebol Clube de Ferreiras, na questão da natação, do agrupamento de Escolas de Ferreiras, em que usa esse espaço e, portanto, é uma realidade. A Carla Vieira, falou na questão que há bons e maus departamentos, pois, evidentemente, como em tudo na vida. O objetivo com certeza é melhorar o que não está bem e manter e melhorar, ainda o que está bem para ficar ainda melhor. O Carlos Quintino falou na questão desta variante de Albufeira, quero recordar as várias intervenções que tive para com o Ministro das Infraestruturas e com o Secretário de Estado e com o Presidente das Infraestruturas de Portugal, há 2 anos reuni no Pragal com o Presidente das Infraestruturas de Portugal, para falar sobre este assunto, ele falou-me na altura que a questão estava em tribunal, porque quando o empreiteiro foi despedido, digamos assim, foi anulada a questão do concurso, meteu a ação em tribunal, depois tive uma intervenção junto do Ministro das Infraestruturas quando o Governo esteve reunido em Faro, e estive aqui pelo Algarve e falei precisamente disto, e numa outra coisa, sobre um passeio, um passadiço qualquer que seja, numa zona pedonal extremamente perigosa do concelho, que é a zona entre a guia e o shopping, muita gente passa ali a pé, já houve inclusivamente lá mortes. Recordo, não é questão de comparar nada, e não estou a comparar concelhos, mas quando foi para a requalificação da N125, recordo que ali em determinadas zonas foram feitos passeios com dois metros de largura cada um, e não passa lá praticamente uma pessoa durante o dia, são zonas relativamente perto de nós, e ali passa centenas de pessoas por dia e não foi feito nenhum passeio, portanto, isso é que é uma verdade. Já foi referido por mim estas duas obras,



não só com o Ministro das Infraestruturas, aquando da reunião do Conselho de Ministros em Faro, mas também numa reunião que tive, e que tinha solicitado com o Secretário de Estado das Infraestruturas em Lisboa, uns dias antes de acontecer os célebres episódios da bicicleta e do computador, fui também apanhado na casa de banho, e o Secretário de Estado falou comigo e fomos ao gabinete do Ministro, e o Ministro disse que era para avançar estas duas situações. Agora há duas semanas, enviei uma carta para cada um, destes assuntos dirigida ao Ministro e para uma outra situação que é o alargamento da primeira ponte de Paderne sobre a Ribeira, como quem vai no sentido de Purgatório para Paderne. A primeira ponte não é tão larga como a outra segunda. Por cada uma destas questões foi enviada uma carta para o Ministro das Infraestruturas a relembrar as duas primeiras reuniões tidas em maio ou junho, tudo em cartas diferentes no sentido de haver mesmo uma separação." -----

Presidente da Assembleia: "Eu gostava de lembrar o deputado Quintino, relativamente a esta questão da variante, está em tribunal, desde que o antigo Secretário de Estado, Sérgio Monteiro, iniciou o problema da N125, aliás, de toda a N125. Neste momento, está, infelizmente em tribunal e nada pode ser intervencionado sem a resolução desse problema e, por isso mesmo o atraso devido a essa situação. -----

Penso que, os senhores deputados receberam um voto de pesar enviado pelo Partido Socialista, pelas vítimas dos terremotos em Marrocos e na Líbia. Eu passaria a ler o voto de pesar e depois, se assim o entenderem, faremos então uma votação e um minuto de silêncio caso seja aprovada." (Doc. n.º 1 anexo a esta ata) -----

O Voto de Pesar foi aprovado por unanimidade. -----

Fez-se um minuto de silêncio. -----

Não havendo mais intervenções por parte dos membros, nem Leitura resumida da correspondência, o Presidente da Assembleia deu início ao Período da Ordem do Dia. --

ORDEM DO DIA

PONTO UM

Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara Municipal, nos termos da alínea c) do n.º 2 do Art. 25º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----



Domingos Coelho: "Gostava de levantar uma questão ou uma omissão, habitualmente o despacho de adjudicação vinha com a indicação de ajuste direto, consulta prévia ou contrato, nesta documentação está omissa essa situação, ou seja, não se sabe se houve ou ajuste direto, consulta prévia ou contrato. Julgo que não será uma forma de não dar toda a informação, terá sido um lapso e já agora solicito ao Senhor Presidente, que assim o faça, até porque por falar em ajustes diretos, pelas contas que eu fiz, de maio a junho houve qualquer coisa como um milhão e trezentos mil euros em ajustes diretos, por exemplo, na última Assembleia Ordinária de junho em quarenta e seis despachos de adjudicação, vinte e três foram ajustes diretos, cinquenta por cento, portanto. Penso que, se acrescentarmos aqui a consulta prévia, parece que aquilo que deve ser uma exceção passa a ser ou está a ser uma coisa habitual. Já agora que estamos aqui no capítulo da informação do Senhor Presidente, só lembrar se o Senhor Presidente tem alguma ideia à questão que eu levantei aqui sobre as condições de trabalho da Assembleia e para o senhor deputado Carlos Quintino que, no outro dia apelidou de vergonhoso, todo o processo da dessanilizadora, dizer que, e relembrar que já tiveram aqui duas vezes as entidades envolvidas e nesse dia que o senhor deputado levantou a questão, estava marcada exatamente para o dia seguinte uma reunião entre essas entidades e o Senhor Presidente da Câmara, e se o Senhor Presidente da Câmara achar por bem, penso que poderia partilhar essa informação." -----

Luna Silva: "Senhor Presidente, não obstante o concurso público para aquisição, instalação de um sistema de videovigilância não constar nos procedimentos da tabela, dada a sua importância e necessidade neste concelho e uma vez que a data-limite de respostas terminou no passado dia um de setembro de dois mil e vinte e três, pergunto a este executivo se neste concurso houve concorrentes, contrariamente ao que se passou no anterior concurso?" -----

Presidente da Câmara: "Relativamente ao deputado Domingos Coelho, sobre a questão dos ajustes diretos, consultas prévias, contratos, o contrato é a consequência de uma consulta prévia, de um concurso público, porque em qualquer uma das situações, com certeza, independentemente seja ajuste direto, não está em causa o valor que é, o valor global, o somatório, está em causa sim, a aplicação do CCP, o código de contratação pública, que é explícito e bastante claro nos procedimentos a tomar, tendo em conta as características de cada procedimento, portanto, disso não tenho dúvidas, provavelmente foi alguém diferente que fez esta informação, mas posso transmitir isso,



para que fique explicitada essa situação. Sobre as condições de trabalho na Assembleia, é preciso entender, que nós temos uma sala ali em baixo, a sala de reuniões, onde as cadeiras têm palmatória, portanto, se a Assembleia Municipal entender ir para lá reunir, para mim não me faz diferença absolutamente nenhuma, aliás antigamente era lá que reunia, mas melhora um bocadinho nesse aspeto que disse, que isto não tem sitio para escrever, isso é verdade, é factual, não tem contestação, quem sabe um dia não teremos uma sala precisamente a destinada exclusivamente, ou quase exclusivamente à Assembleia Municipal, portanto, penso que poderá acontecer isso, até poderá haver um palácio da Assembleia Municipal, por exemplo. A deputada Luna Silva, levantou uma questão sobre o concurso público da videovigilância, sim houve vários concorrentes até, terminaram hoje a entrega de propostas, estão a ser analisadas as propostas e dentro de alguns dias sairá a lista. É uma coisa que tem tido várias vicissitudes, Albufeira foi dos primeiros municípios a ter autorização para ter o processo completo e depois com estas vicissitudes todas, com estes percalços de todos de percurso não foi possível ainda a colocação, mas espera-se ansiosamente que venha a acontecer rapidamente." -----

Domingos Coelho: "Senhor Presidente da Câmara, já agora não sei se quer partilhar a informação sobre de dessalinizadora?" -----

Presidente da Câmara: "O que eu sei é que vai estar em discussão pública, segundo informações verbais das Águas do Algarve, vai estar em discussão pública o estudo de impacto ambiental, portanto, é o que sei." -----

Carlos Quintino: "Senhor presidente da Assembleia, em relação à dessalinizadora, queria só recordar que esta Assembleia fez um pedido formal ao Governo da República que ainda não foi totalmente respondido, a resposta foi redonda e, neste momento, continuamos a não ter conhecimento absolutamente nenhum sobre aquilo que quer que seja, portanto, tinha de recordar essa questão. Em relação àquilo que é a variante, a bancada do PSD/CDS vai formalizar uma proposta no sentido daquilo que aqui falei, na construção no grupo de trabalho para averiguarmos efetivamente o que é que se passa, porque há dez anos que eu oiço essa resposta, que está efetivamente no Tribunal Administrativo e, portanto, não me contentando com essa resposta, com o devido respeito e não duvidando que assim seja, realço, formalizaremos na próxima Assembleia a constituição deste grupo de trabalho." -----



Domingos Coelho: "Só para precisar, nessa variante os trabalhos foram cancelados no Governo de Passos Coelho, na altura da Troika." -----

Helena Simões: "Isto era um ponto informativo, e continuamos a debatê-lo, à posteriori. Só concretizando, porque, eventualmente, poderá não ter ficado claro, como o professor Rolo referiu que vai para discussão pública o estudo de impacto ambiental, eu recorde que uma das questões e uma das nuances do pedido da bancada do PSD/CDS de Albufeira era que nos fosse remetido o dito estudo de impacto ambiental, que até ao momento ainda não chegou e para que possamos estar a discutir para o futuro a realidade de dessanilizadora, aquilo que queríamos era que nos chegasse o quanto antes, para podermos estar todos com igualdade de informação." ---

Não havendo intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia passou ao ponto seguinte. -----

PONTO DOIS

Tomada de conhecimento dos Apoios concedidos às Juntas de Freguesia; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Não havendo intervenções por parte dos membros da Assembleia foi feita a tomada de conhecimento. -----

PONTO TRÊS

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização prévia prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, referente à Candidatura "Construção do Edifício de Serviços de Saúde em Albufeira" no âmbito do Aviso Convite n.º 13/C01-i01/2023 - Construir novas unidades/polos de saúde, com necessidades de energia primária pelo menos inferiores em 20% ao padrão NZEB, para substituir edifícios desadequados - 2.ª Fase; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----

Domingos Coelho: "Só para perguntar se há um cronograma, algum calendário de prazos para aquilo que será o novo Centro de Saúde?" -----

Presidente da Câmara: "Não há ainda programa feito, isto agora é apenas a candidatura e está aqui na Câmara, quer este ponto, quer o próximo, tem a ver com a reconversão, a reparação, a requalificação, do existente. Este ponto três, é a parte nova, o edifício novo, e o ponto quatro é a requalificação. Qualquer um destes pontos está aqui



precisamente para repartição de encargos por vários anos económicos, portanto, evidentemente que isto sendo financiado pelo PRR, até ao momento, o único prazo que se sabe é que tem de estar realizada à obra até final de dois mil e vinte e seis. Houve agora uma alteração relativamente ao PRR para Portugal, um aumento de verbas, bem como pequenas alterações, pelo menos foi o que li no jornal, umas pequenas alterações relativamente às prioridades a dar às atividades, às ações a ter em conta, mas a saúde manteve, claro, não sabemos ainda se aumentou os valores relativamente à candidatura, esperamos que sim, até porque os preços estão constantemente a aumentar e estes valores foram calculados com um estágio completamente diferente deste agora. Mas não há programa ainda definitivo sobre a situação. Os projetos de execução de arquitetura e especialidades irão ser iniciados, para depois entrar em discussão a empreitada, fazer o concurso público, portanto, isto ainda vai demorar algum tempo." --

 Não havendo mais intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação. -----

VOTAÇÃO: -----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a favor: vinte e quatro (24) Adriano Ferrão, Francisco Oliveira, Raul Ferreira, Carlos Quintino, Inês Mendonça, Mónica Coimbra, Helena Simões, Domingos Coelho, Dário Pereira, Luna Silva, Leonardo Paço, Luis Afonso, Silvia Dias, Carla Vieira, Margarida Guilherme, Cláudia Raimundo, André Lima, José Vila-Nova, Carlos Mendes, Carla Madeira, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne. -----

A proposta foi aprovada por unanimidade. -----

PONTO QUATRO

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização prévia prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, referente à Candidatura "Conservação e Beneficiação do Centro de Saúde em Albufeira" no âmbito do Aviso Convite n.º 14/C01-i01/2023 - Requalificar ou adaptar edifícios para aumentar a eficiência energética, cumprir planos de contingência e/ou assegurar a acessibilidade, a segurança e o conforto de utentes e profissionais - 2.ª Fase; -----



O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Não havendo intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação. -----

VOTAÇÃO: -----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a favor: vinte e quatro (24) Adriano Ferrão, Francisco Oliveira, Raul Ferreira, Carlos Quintino, Inês Mendonça, Mónica Coimbra, Helena Simões, Domingos Coelho, Dário Pereira, Luna Silva, Leonardo Paço, Luis Afonso, Silvia Dias, Carla Vieira, Margarida Guilherme, Cláudia Raimundo, André Lima, José Vila-Nova, Carlos Mendes, Carla Madeira, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne. -----

A proposta foi aprovada por unanimidade. -----

PONTO CINCO

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização prévia prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, referente à Candidatura "Aquisição de 18 Abrigos de Passageiros no concelho de Albufeira" no âmbito do Aviso 5/2023 - Apoio à Promoção do Transporte Público e Capacitação das Autoridades de Transportes; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Não havendo intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação. -----

VOTAÇÃO: -----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a favor: vinte e quatro (24) Adriano Ferrão, Francisco Oliveira, Raul Ferreira, Carlos Quintino, Inês Mendonça, Mónica Coimbra, Helena Simões, Domingos Coelho, Dário Pereira, Luna Silva, Leonardo Paço, Luis Afonso, Silvia Dias, Carla Vieira, Margarida Guilherme, Cláudia Raimundo, André Lima, José Vila-Nova, Carlos Mendes, Carla Madeira, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne. -----

A proposta foi aprovada por unanimidade. -----



PONTO SEIS

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização prévia prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, referente à Candidatura "Monitorização da Concessão da Rede de Transportes Urbanos no concelho de Albufeira" no âmbito do Aviso 5/2023 - Apoio á Promoção do Transporte Público e Capacitação das Autoridades de Transportes; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----

Domingos Coelho: "Só relembrar que para este contexto de monitorização, tenho constatado que o dito comboio turístico passa pela parte mais antiga da cidade, pelo Sol e Mar, o museu e dá ali a volta e, tenho constatado várias vezes, que à noite vão duas ou três pessoas, quatro ou cinco pessoas e lembro que uma noite iam duas pessoas e havia a baixa, exatamente em frente ao parque de estacionamento da baixa, estavam cento e vinte pessoas à espera de transporte. Eu penso que teria muito mais lógica este comboio turístico ir à baixa e digamos que, dar solução àquelas pessoas que precisam de transporte, para não termos ali uma fila quase interminável que as pessoas depois de uma noite de passeio ou de jantar, têm de estar ali horas à espera de um transporte, quando o comboio turístico devia levar aquelas pessoas numa só viagem." ---

Carlos Mendes: "Boa noite a todos, o senhor quer um comboio para o centro? Sim senhora, já você viu quantas famílias sobrevivem à custa dessa fila que você fala? Já viu bem isso? Há volta de trezentas famílias, estamos a falar de trezentas famílias e você quer pôr o comboio? Sim senhora." -----

Domingos Coelho: "Julgo que um dos princípios da economia liberal é a concorrência, penso eu, e penso que, deve-se dar às pessoas as melhores condições e as pessoas optam por ir de uma ou optam ir por outra, o que estamos ali é dar, digamos, é um privilégio a um determinado setor que tem igual direito a todos os outros setores. Então para isso vamos deixar de andar de comboio e vamos todos andar de burro para dar mais emprego a toda a gente." -----

Carlos Mendes: "Realmente é chegar mesmo baixo, baixíssimo, burro, não estou a perceber essa dos burros, desculpe mas tem de explicar melhor à Assembleia, porque nós não conseguimos perceber essa parte dos burros. Faça-me esse favor, pela idade que o senhor tem, respeite-nos aqui a todos, e explique a parte dos burros que não consegui perceber. Outra parte, vou-lhe explicar, então, você acha que com o problema



que temos da mobilidade na Rua dos Telheiros, você acha que metia lá um comboio dentro da cidade? Que é a solução? O senhor Domingos, com todo o respeito que tenho por si, você não esteve aqui perante nós com essa palavra de burros, desculpe lá, não teve respeito, mas eu respeito-o, pense bem antes de vir aqui intervir se faz favor. " -

Domingos Coelho: "É óbvio que quando usei a palavra que usei, não foi para ofender a quem quer que seja. E se alguém se sentiu ofendido as minhas completas desculpas, agora que, a pessoa queira levar aquilo para aquele campo até a liberdade de fazer a interpretação que queira. Parece que as pessoas que me conhecem dão-me o benefício da dúvida, que não usei isso de uma forma ofensiva e, por outro lado, também não gosto destes diálogos, seja sobre o que quer que seja. A pessoa vem aqui faz a sua proposta e a outra pessoa faz proposta para a mesa não é para o senhor, se alguém se sentiu ofendido, as minhas desculpas, agora o que você fez foi aproveitar-se, de uma palavra para tentar, digamos que, toda a Assembleia tivesse ficado ofendida." -----

Carlos Mendes: "Senhor deputado, que fique bem claro, eu estou na política há muito pouco tempo, não tenho este malabarismo de política que você está a pensar, ou que está a querer dizer, eu não me aproveito de nada, foram as suas palavras nesta Assembleia, bem ou mal ditas, foi o que você disse, agora não venha dizer que eu estou a aproveitar-me daquilo que seja, porque eu na política tenho muito pouco tempo, portanto ainda não aprendi essas maroscas que o senhor está para ai a dizer. Que fique bem claro isto, não somos todos iguais." -----

Presidente da Câmara: "Apenas para dizer ao deputado Domingos que, o efeito dos comboios turísticos não é o transporte de pessoas de um sítio para outro. Aliás, os táxis têm concorrência e disse que a concorrência é legítima, claro que é, obviamente, mas os táxis também já têm concorrência acho eu, em demasia, basta ver a quantidade de carros TVDE que tivemos aqui no concelho que, de certeza absoluta que são mais de dois terços não eram de cá, temos a questão dos TukTuk, temos a questão do comboio, enfim, já é muita coisa, evidentemente que em cada momento, e nós, se compararmos muitas vezes com a zona de Lisboa, todos os dias de manhã e à tarde, aquelas pessoas que passam em determinadas artérias de acesso a Lisboa sofrem ali bastantes minutos, horas ali e sem qualquer apito, chegam aqui alguns deles estão cinco minutos à espera num qualquer cruzamento, já começam a apitar. Mas o comboio é uma situação completamente diferenciado, aliás, até foi alvo de um concurso público, tanto um



circuito, como outro circuito, mas pronto, fica o registo, obviamente que é uma opinião.”

Domingos Coelho: “Só para relembrar que, em tempos, o comboio já fez aquele circuito, não é impossível lá passar, porque em tempos o comboio fez aquele circuito e deixou de fazer. Se já houve um estudo, e foram consultadas N entidades e que se chegou àquela conclusão, quer dizer, eu não tenho o dom de toda a verdade, agora, o comboio já passou pela baixa, portanto, é possível passar. Ainda mais apertada é aquela zona do Museu e a Igreja da Misericórdia e o Hotel Califórnia, portanto, não é uma questão de espaço.” --

Presidente da Assembleia: “Eu acho que isso se resolveria com um regulamento sobre transportes públicos, que é algo que ainda me lembro do tempo do deputado Adriano Ferrão, se ter falado num regulamento que regulamenta-se todos os transportes, desde os TukTuk, aos táxis, aos turísticos, a toda uma série de transportes e que, como é uma zona turística que pudesse resolver e equilibrar as situações dos várias intervenientes e resolver alguns conflitos latentes.” -----

Presidente da Câmara: “Quando falei há bocado nos TVDE e nos TukTuk e nos transferes, todos sabemos, como é que eles são, e aparecem num determinado local a fazer transportes, portanto, é apenas uma inscrição na rede nacional de animação turística, enquanto um táxi é de uma forma completamente diferente, portanto, essas situações foram facilitadas pelo Governo da República, exageradamente apenas com uma inscrição em determinados sítios, o que foi, se calhar um exagero, por isso é que eu disse há bocado os TVDE que não são de cá, vêm para cá trabalhar no verão, quando algumas pessoas dormem nos carros, e isso faz com que no verão que é quando há mais gente aqui, e é para onde eles vêm, evidentemente, que farão cá algum trabalho, agora se passarem na estrada, praticamente já não se vê um único, já se foram embora, evidentemente, há alguns de cá. A circunstância são tão diferente uns dos outros, de táxis para TVDE, para Tuk-Tuk, o comboio turístico são coisas completamente diferentes que não seria muito fácil fazer um regulamento onde abrangesse isto tudo, porque a génese deles, o ADN é completamente diferente uns dos outros.” -----

Não havendo mais intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação. -----

VOTAÇÃO: -----

PONTO SETE



Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização prévia prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, referente à Candidatura “Estudo para Definição de Transportes Flexível para o concelho de Albufeira” no âmbito do Aviso 5/2023 - Apoio à Promoção do Transporte Público e Capacitação das Autoridades de Transportes; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----

Domingos Coelho: “Gostaria de questionar o Senhor Presidente, se neste ponto será que é aqui que vai aparecer um transporte para Paderne? Para reforçar aqueles que já existem.” -----

Presidente da Câmara: “É uma hipótese, de se estudar a questão de aumentar a possibilidade de oferta de transporte para Paderne, portanto, é o chamado transporte flexível, independentemente de isto ser uma candidatura, não quer dizer que não se venha a fazer também um estudo independentemente de ser candidatura ou não, seja apoiado ou não seja apoiado, portanto, vai ser feito garantidamente.” -----

Não havendo mais intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação. -----

VOTAÇÃO: -----

Votos contra: zero (00) -----

Abstencões: zero (00) -----

Votos a favor: vinte e quatro (24) Adriano Ferrão, Francisco Oliveira, Raul Ferreira, Carlos Quintino, Inês Mendonça, Mónica Coimbra, Helena Simões, Domingos Coelho, Dário Pereira, Luna Silva, Leonardo Paço, Luis Afonso, Silvia Dias, Carla Vieira, Margarida Guilherme, Cláudia Raimundo, André Lima, José Vila-Nova, Carlos Mendes, Carla Madeira, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne. -----

A proposta foi aprovada por unanimidade. -----

PONTO OITO

Apreciação e deliberação, sob proposta do Presidente da Câmara, da autorização prévia prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, referente à repartição de encargos do Concurso Público para “Aquisição de Serviços de Limpeza nas escolas e noutros Equipamentos Educativos do município de Albufeira”, até ao limite de 320.000,00€ + IVA; -----



O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----

Carla Vieira: "Tenho duas questões para o Senhor Presidente, dois pedidos de esclarecimento. Primeiro, se existiu algum concurso público para aquisição destes serviços de limpeza nas escolas e se nos outros equipamentos do município em anos anteriores? Em caso afirmativo, quando tiveram início e quando terminaram? A outra questão é que verificámos nesta documentação que as declarações de inexistência de conflitos de interesse são datadas de março de dois mil e vinte e três, e no artigo terceiro do caderno de encargos é omissa a data de início do concurso do serviço a prestar, menciona-se apenas a data do termo trinta de junho de dois mil e vinte e quatro, a questão é que nos esclarecesse se o concurso já decorre ou se trata apenas de uma repartição de encargos?" -----

Presidente da Câmara: "Na realidade isto é para aprovar a repartição de encargos. O concurso ainda não está a decorrer, portanto, ainda vai ser aberto após esta situação."

Carla Vieira: "Eu peço desculpa, se calhar não me fiz entender muito bem, portanto, uma coisa já percebi, o concurso ainda não foi lançado, já houve algum concurso desta natureza em anos anteriores ou é a primeira vez?" -----

Presidente da Câmara: "Sim, já houve, não é a primeira vez. " -----

Carla Vieira: "Já houve, muito bem. Quando tiverem início e quando terminaram?" -----

Presidente da Câmara: "Tiveram início de acordo com o que estava estipulado no aviso de abertura e quando as ações do concurso ficaram definidas e terminaram quando terminou a verba ou o tempo para a execução do projeto, portanto, agora exatamente o dia e a hora em que acabaram, não posso precisar aqui neste momento, mas posso mandar ver e depois comunicar." -----

Carla Vieira: "É que estamos aqui a falar de coisas sérias, não é? A segunda questão eu já percebi que o concurso vai ser lançado, se vai ser lançado, pergunto então, não tem data de início, mas é curioso que já tem data do fim e é para executar durante trezentos e sete dias, salvo erro." -----

Presidente da Câmara: "A data do fim é quando chegar ao fim essa data, termina. O mesmo acontecerá, se a verba, entretanto, chegar ao fim antes dessa data, também termina. Portanto, é daqueles concursos que termina ou quando acabar o dinheiro cabimentado, o dinheiro do orçamento para este concurso ou quando terminar o prazo,



evidentemente que isto como é para as escolas, temos que ter cuidado com a questão do ano letivo, portanto, há-de começar quando tiver as condições possíveis para começar, isto não é preciso Tribunal de Contas, mas é preciso abrir o concurso, é preciso haver concorrentes , lá está, caso não haja concorrentes, terá que se fazer de uma forma diferente, tal qual como noutros concursos." -----

Carla Vieira: "O ano letivo já se iniciou, quem é que está a assegurar esse serviço?" ---

Presidente da Câmara: "Está-se a fazer um ajuste direto neste período de tempo, até que este concurso fique em vigor." -----

Não havendo mais intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação. -----

VOTAÇÃO: -----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a favor: vinte e quatro (24) Adriano Ferrão, Francisco Oliveira, Raul Ferreira, Carlos Quintino, Inês Mendonça, Mónica Coimbra, Helena Simões, Domingos Coelho, Dário Pereira, Luna Silva, Leonardo Paço, Luis Afonso, Silvia Dias, Carla Vieira, Margarida Guilherme, Cláudia Raimundo, André Lima, José Vila-Nova, Carlos Mendes, Carla Madeira, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne. -----

A proposta foi aprovada por unanimidade. -----

PONTO NOVE

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização prévia prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, referente à repartição de encargos do Concurso Público para "Empreitada para Execução de Coletor Pluvial de Meia Encosta Poente", pelo valor base de 1.831.113,00€ + IVA; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----

Domingos Coelho: "Um pedido de informação, Senhor Presidente, julgo que este é o coletor, não o dito segundo túnel, este é, digamos, meia encosta, mas não o segundo, e já agora se está previsto o início de trabalhos ou de projeto para o segundo túnel." ----

Presidente da Câmara: "Isto não é o segundo túnel, nem o segundo, nem o primeiro, isto não é nenhum túnel, é o coletor que tem uma determinada secção para desviar as águas



pluviais da encosta poente, portanto, coincide com a Avenida do Ténis que vem depois ter uma hidráulica junto ao porto de abrigo. Evidentemente que nesta empreitada está previsto, para além da recolha de águas pluviais daquela encosta, está previsto também a questão da substituição das águas de abastecimento e das águas residuais, bem como toda a parte da iluminação pública, passeios, pavimentos. Portanto, é uma requalificação, que para além disto está agregada a isto, uma requalificação da estrada. Relativamente à questão do segundo túnel, de projeto está praticamente feito, foram feitos estudos geológicos, só que é uma obra que, provavelmente, só quando houver possibilidade de haver financiamento, é uma obra para vinte ou trinta milhões de euros, vamos fazendo o coletor na encosta poente, depois há de se fazer e já está praticamente terminado o projeto, o coletor na encosta nascente, coincide com a Avenida do MFA, que também fazem parte do plano geral de drenagem, tal qual como esta estação elevatória, tal qual como aquela intervenção junto do Inatel, enfim, todas estas coisas fazem parte do Plano Geral de Drenagem e haverá obra principal e obra com maior monta em termos financeiros e em termos de tempo, será o túnel que é a grande obra que vamos ver a questão do financiamento, mas já essa possibilidade." ----

Não havendo mais intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação. -----

VOTAÇÃO: -----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a favor: vinte e quatro (24) Adriano Ferrão, Francisco Oliveira, Raul Ferreira, Carlos Quintino, Inês Mendonça, Mónica Coimbra, Helena Simões, Domingos Coelho, Dário Pereira, Luna Silva, Leonardo Paço, Luis Afonso, Silvia Dias, Carla Vieira, Margarida Guilherme, Cláudia Raimundo, André Lima, José Vila-Nova, Carlos Mendes, Carla Madeira, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne. -----

A proposta foi aprovada por unanimidade. -----

PONTO DEZ

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, do Regulamento do Conselho Municipal de Segurança; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----



Carlos Quintino: "Senhor presidente da Mesa, é um pedido de esclarecimento, isto porque foi-me dado a conhecer que há uma nova legislação sobre esta matéria e eu verifico no artigo cinco, na composição do concelho, que faz parte o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, mas não faz parte um representante de cada bancada, portanto, e o meu pedido de esclarecimento é muito claro. A nova legislação permite que isso não aconteça, é omissa ou não permite? Porque a ser omissa ou a permitir parece-me pertinente que este regulamento fizesse caber um representante de cada bancada, no Conselho Alargado, não no Conselho Restrito, portanto, no artigo quinto deste regulamento." -----

Luna Silva: "Senhor Presidente, o Regulamento do Conselho Municipal de Segurança refere no seu artigo nove, que se reúne com uma periodicidade mínima trimestral e que, em todas as reuniões do Conselho há um período aberto ao público para exposição de questões relacionadas com as matérias de segurança do município. As minhas questões são as seguintes: Como é que o munícipe tem conhecimento destas reuniões, ou seja, onde é que será afixado o edital com a data, hora e local com a realização destas sessões e como é que o munícipe se pode inscrever para participar uma vez que o regulamento não faz menção sobre essa questão?" -----

Presidente da Câmara: "Relativamente ao que o Carlos Quintino falou é uma questão de uma alteração legislativa que houve neste sentido, sobre a composição do conselho e não só, em alguns pequenos pormenores que não vou aqui enumerar, era uma hipótese de ver, que pode sempre se ver a qualquer momento, e alterar a questão do regulamento. É uma questão a estudar e a ver. O Presidente da Assembleia Municipal esteve presente na primeira reunião e será convocado, com certeza para a próxima se já tiver em vigor este novo regulamento. Relativamente àquilo que a deputada Luna disse, isso também é uma questão nova desta legislação, é a possibilidade de os cidadãos poderem assistir, portanto, é também uma reunião pública, como a Assembleia Municipal, como a Câmara Municipal uma vez por mês, portanto, com certeza que vai ser também convocada da mesma forma e com a devida antecedência, esta escrito no regulamento, nos mesmos sítios onde é feito o conhecimento da Assembleia Municipal e da Câmara Municipal." ---

Helena Simões: "Eventualmente, o pedido do deputado Quintino poderá ter acolhimento, quer no número dois do artigo três B da lei, que é *ipsis verbis*, aquilo que está no número dois do artigo sexto, que diz que o Conselho pode ainda convidar a participar nas suas



reuniões entidades e personalidades cuja intervenção considere relevante em função de alguma matéria específica e cuja representatividade não esteja assegurada nos termos do número anterior. Entendendo que cada bancada se expressar a vontade de estar representada, creio que não extravasa, eventualmente, ficar logo pré-definido, cada responsável de cada bancada estar presente nestas ditas reuniões do Conselho." -----

Carlos Quintino: "Na prática aquilo que a Helena Simões veio aqui evocar é uma forma airosa de nós contornarmos a questão, para não estarmos a promover uma alteração do regulamento, mas isso terá que ficar previamente definido, penso eu. Eu penso que é do interesse de todos, que isso ficasse devidamente definido, e não ficasse de certa forma indefinido, portanto, eu acho que se efetivamente a lei permite que assim seja, e tendo em atenção também aquilo que foram as minhas participações em alguns conselhos municipais de segurança, parece-me a mim que a representatividade alargada à Assembleia Municipal e aos líderes das bancadas é bastante pertinente e deixava isso à vossa consideração." -----

Presidente da Assembleia: "De facto, a lei é expressa relativamente a esta matéria, e houve uma alteração da lei, o que diz a lei é que, cabe ao Conselho Municipal de Segurança apresentar uma proposta à Assembleia Municipal para a Assembleia Municipal aprovar e, se houver alterações a essa proposta, ela terá que ir primeiro ao Conselho e, na próxima reunião do Conselho definir-se-á, pois é uma proposta como qualquer outra e não me parece que seja de recusar. O Conselho terá a possibilidade de poder ou não incluir outras pessoas que não façam parte dele neste momento, mas isso só na próxima reunião do Conselho Municipal de Segurança, sendo essa a minha leitura relativamente à lei." -----

Helena Simões: "O número dois do artigo sexto da lei habilitante diz que, caso a Assembleia Municipal introduza alterações à proposta de regulamento, parece-me a mim que é o que estamos aqui a discutir, elabora nova proposta que remete ao Conselho para emissão de parecer no prazo de trinta dias. Ou seja, não é ao contrário, é no sentido inverso, pelo que se calhar deve descer a uma comissão de trabalho para, eventualmente, se elaborar uma proposta de alteração a este regulamento e remeter-se novamente aqui à Assembleia, ser aprovado e depois ser remetido ao Conselho de Segurança. Apenas estou a elencar o que a lei diz." -----



Presidente da Assembleia: "Eu penso que seria bastante mais fácil, na minha perspetiva, que no próximo Conselho, esta proposta fosse apresentada, fosse aprovada pelo Conselho e viesse à Assembleia, pelo menos era menos um passo que se dava relativamente à burocracia e, seria muito mais fácil de resolver. Estamos a elaborar uma proposta para ir lá, depois voltar cá, se calhar, no Conselho Municipal de Segurança pode ser feito esta proposta, pode ser feita a alteração, e vem á próxima Assembleia." -----

Carlos Quintino: "Senhor Presidente, a questão formal para nós é absolutamente indiferente. Não é isso que está em questão, o que está aqui em questão é o conteúdo, é a formalização daquilo que me parece ser interessante, legítimo e que poderá ser produtivo para aquilo que é o funcionamento do Conselho de Segurança e para o município de Albufeira. Agora, efetivamente, aquilo que a minha colega disse é que a lei habilitante permite que seja feita uma alteração por parte da Assembleia ao dito regulamento, agora se entenderem que essa forma é a forma mais difícil e que é mais simples levar ao próximo Conselho de Segurança, para a bancada do PSD/CDS é absolutamente irrelevante, agora desde que isso efetivamente se realize." -----

Presidente da Assembleia: "Senhor deputado peço desculpa interrompê-lo, é que tem sempre de ir ao Conselho de Segurança para que haja o parecer do referido Conselho."

Carlos Quintino: "A minha pergunta é muito objetiva, e se saísse daqui hoje essa proposta de alteração já para ir ao Conselho? Era simples, a partir do momento em que sai daqui essa proposta de alteração, o senhor Presidente já faria aquilo que é o normal, que é levar ao próximo Conselho e de lá depois seria decidido. O que quero dizer é que não perderíamos tempo com formalidades de ping-pong entre e dentro da mesma casa, é nesse sentido." -----

Presidente da Câmara: "Como normalmente se diz, salvo melhor opinião, acho que o que aqui se tem de fazer é aprovar este regulamento, porque senão isto cai no vazio, não há regulamento. Portanto, o que se deve fazer aqui é aprovar o regulamento e, paralelamente e em simultâneo, fazer a tal proposta para ir ao Conselho Municipal de Segurança, para ele reunir já com estes pressupostos deste regulamento e para alterar nessas circunstâncias. Deve ser feito assim, primeiro a votação do regulamento, para dar corpo e dar razão ao Conselho Municipal de Segurança e a seguir fazer essa proposta, que não faz diferença absolutamente nenhuma, acho que até tem alguma lógica." -----



Presidente da Assembleia: "Parece-me que sim, até porque o próprio Conselho não pode laborar sem ter um regulamento aprovado e, portanto, a ideia é aprovar o regulamento, levar a proposta e depois o Conselho pronunciar-se sobre ela na próxima reunião." -----

Carlos Quintino: "Só para que fique em ata a bancada do PSD/CDS está de acordo naquilo que é o modo de proceder que Senhor Presidente da Câmara elencou." -----

Presidente da Assembleia: "Essa foi a proposta que eu há pouco formulei." -----

Não havendo mais intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação. -----

VOTAÇÃO: -----

Votos contra: zero (00) -----

Abstencões: zero (00) -----

Votos a favor: vinte e quatro (24) Adriano Ferrão, Francisco Oliveira, Raul Ferreira, Carlos Quintino, Inês Mendonça, Mónica Coimbra, Helena Simões, Domingos Coelho, Dário Pereira, Luna Silva, Leonardo Paço, Luis Afonso, Silvia Dias, Carla Vieira, Margarida Guilherme, Cláudia Raimundo, André Lima, José Vila-Nova, Carlos Mendes, Carla Madeira, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne. -----

A proposta foi aprovada por unanimidade. -----

Carlos Quintino: "Propõe a bancada do PSD/CDS aquilo que é a inclusão no artigo cinco no que diz respeito à Comissão que reúne de forma alargada, a inclusão de um membro de cada bancada devidamente eleito na Assembleia Municipal, vamos formalizar por escrito e entregar à mesa." -----

Presidente da Assembleia: "Senhor deputado, fiquei com a ideia de que a inclusão de um membro de cada bancada, seja a indicar pela própria bancada e não por eleição. É que o senhor deputado falou em eger pela Assembleia Municipal. Portanto, será um membro de cada bancada a indicar por cada bancada, naturalmente e não eleito pela Assembleia Municipal." -----

Carlos Quintino: "Perante aquilo que foram os desenvolvimentos das circunstâncias, entendo que deve ser e a proposta é nesse sentido, um membro a indicar por cada bancada." (Doc. n.º 2 anexo a esta ata) -----

Não havendo mais intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou a proposta apresentada pela bancada do PSD/CDS a votação. -----

VOTAÇÃO: -----

Votos contra: zero (00) -----

Abstencões: duas (02) Leonardo Paço e Carla Madeira. -----



Votos a favor: vinte e dois (22) Adriano Ferrão, Francisco Oliveira, Raul Ferreira, Carlos Quintino, Inês Mendonça, Mónica Coimbra, Helena Simões, Domingos Coelho, Dário Pereira, Luna Silva, Luis Afonso, Silvia Dias, Carla Vieira, Margarida Guilherme, Cláudia Raimundo, André Lima, José Vila-Nova, Carlos Mendes, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne. -----

A proposta foi aprovada por maioria. -----

PONTO ONZE

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, do Acordo de Aprovação do Plano Intermunicipal de Transporte Escolar; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Não havendo intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação. -----

VOTAÇÃO

Votos contra: zero (00) -----

Abstencões: zero (00) -----

Ausências: uma (01) Adriano Ferrão. -----

Votos a favor: vinte e três (23) Francisco Oliveira, Raul Ferreira, Carlos Quintino, Inês Mendonça, Mónica Coimbra, Helena Simões, Domingos Coelho, Dário Pereira, Luna Silva, Leonardo Paço, Luis Afonso, Silvia Dias, Carla Vieira, Margarida Guilherme, Cláudia Raimundo, André Lima, José Vila-Nova, Carlos Mendes, Carla Madeira, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne. -----

A proposta foi aprovada por unanimidade dos presentes. -----

PONTO DOZE

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização prévia prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, referente à minuta do Contrato de Cooperação Interadministrativo para obras de construção do novo posto territorial da Guarda nacional republicana de Olhos de Água;

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----



Tomaram o uso da palavra os membros: -----

Luna Silva: “A requalificação do posto da GNR de Olhos de Água foi um assunto que sempre debati e que sempre questionei nesta Assembleia Municipal, dada a sua importância e necessidade de que se cingem, nomeadamente um local digno de trabalho, com todas as condições e ferramentas precisas para os nossos militares poderem exercer as suas funções de forma apropriada e devida. Não posso, contudo, sentenciar a forma tardia como todo este processo tem vindo a decorrer, no dia sete de setembro de dois mil e dezoito, o município de Albufeira, a Secretária-geral da Administração Interna e a GNR assinaram um protocolo de colaboração com vista à futura celebração do contrato interadministrativo destinado à reabilitação do posto. Todavia, no dia dois de novembro de dois mil e vinte e dois, alegadamente por razões ligadas ao licenciamento do projeto e adaptação a exigências do fim a que se destina, do qual desconheço, foi elaborado um novo protocolo de colaboração para celebração do contrato de cooperação interadministrativo e, finalmente, chegados hoje, volvidos mais de cinco anos e com o projeto de execução aprovado é finalmente matéria de deliberação e votação, a minuta do contrato de cooperação interadministrativo. O financiamento deste projeto apresenta um valor máximo de setecentos e dez mil trezentos e sete euros e quarenta e nove cêntimos que, de acordo com a cláusula quinta, refere que as despesas são suportadas pelo município, sendo a posteriori reembolsadas pelo Ministério da Administração Interna com a devida apresentação das faturas e comprovativos de pagamento. Este município refere ainda que o valor do financiamento desta obra existe nas GOP, dois mil e dezasseis, barra cinquenta vinte e um, com a seguinte repartição de encargos: para o ano dois mil e vinte e três, vinte e seis mil quinhentos e setenta e quatro euros e sessenta cêntimos e para o ano dois mil e vinte e quatro, setecentos e cinquenta e um quinhentos e oitenta e nove euros. Senhor Presidente, espero que este valor assim se mantenha e que esta rubrica não sofra qualquer alteração orçamental de forma a prosseguir com a requalificação do posto, assim, como espero que os prazos estabelecidos neste contrato, como é o caso da entrega do imóvel, após a conclusão da obra, com as devidas certificações das instalações sejam escrupulosamente cumpridos, para finalmente termos o posto da GNR de Olhos de Água funcional, assim como os direitos laborais dos nossos militares garantidos.” -----



Mónica Coimbra: "Gostaria de fazer uma pergunta, quando é que este executivo pensa que esta obra seja iniciada e concluída? Chegou ao nosso conhecimento que o espaço disponibilizado pela junta de freguesia de Albufeira e Olhos de Água no edifício dos Olhos de Água, deixa de estar disponível nos próximos dias para os militares da GNR. Perguntamos se é verdade, e caso seja verdade, para onde irá ainda que provisoriamente o posto e os militares da GNR afetos aos Olhos de Água?" -----

Carlos Quintino: "A intervenção da bancada do PSD/CDS vai no sentido de enaltecer o esforço feito por um executivo pelo seu Presidente da Câmara que nos tem vindo a todos a dar a conhecer ao longo das Assembleias dos últimos dois anos, aquilo que tem sido o esforço desenvolvido em contacto com o Ministério da Administração Interna e com a Secretária de Estado e por aquilo que nos foi transmitido, as dificuldades foram dificuldades logísticas, às vezes até de pormenor, do tamanho da janela, do formato do que quer que seja e que não permitiram até à data, a formalização deste contrato de cooperação interadministrativo. Regozija-se a bancada do PSD/CDS que, finalmente essas questões formais e menos formais que foram surgindo no caminho desta matéria, tenham sido ultrapassadas com a formalização do contrato de cooperação interadministrativo e faz votos de que tudo corra pelo melhor agora, sabendo de antemão que o município de Albufeira esteve sempre disponível, esteve sempre contactável e teve grandes dificuldades naquilo que é a interação com o Governo e com o Ministério responsável. Portanto, se houve efetivamente algum atraso nesta matéria, eu diria que a nada deveu ao executivo municipal, mas sim àquilo que o Ministério que tutela esta área. Por outro lado, também uma palavra à junta de freguesia de Albufeira e Olhos de Água por aquilo que tem sido ao longo deste tempo, o seu esforço logístico para albergar o posto da GNR nos Olhos de Água, aquilo que tem sido as boas condições que têm sido dadas aos militares, palavras dos próprios, falei com alguns ao longo destes tempos, são meus conhecidos, meus amigos e que me dizem que têm sido sempre muito bem tratados, muito bem recebidos e que têm dentro dos possíveis tido boas condições de trabalho fornecidas pela junta de freguesia que, diga-se de passagem, legalmente, não tinha obrigação de fazer." -----

Presidente da Câmara: "Para esclarecer principalmente as deputadas Luna Silva e Mónica Coimbra, isto é uma questão, conforme disse que foi assinada em dois mil e dezoito, um protocolo entre a Guarda Nacional Republicana e a Câmara Municipal, no edifício da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, nos Olhos de Água e que foi



homologado na altura em presença pela Senhora Secretária de Estado Isabel Oneto, isto em Governo anterior. Entretanto, só para verem as dificuldades que tem acontecido. Entretanto houve mais um Governo do Partido Socialista de quatro anos, em que a senhora Doutora Isabel Oneto não foi Secretária de Estado, portanto, passaram quatro anos e, entretanto, ela foi nomeada novamente neste Governo agora. Portanto, ela que tinha homologado o primeiro protocolo, ainda veio apanhar com uma obra sem começar. Foram quatro anos de um mandato que praticamente nada aconteceu. Aconteceu email para cá e para lá, a história do armeiro que uma vez era num sítio, mas depois mandávamos para lá e estava meses e meses para dizerem que afinal o armeiro não era ali, era além. Há três entidades aqui, quando há três entidades a situação não é nada favorável, e depois ainda há uma Secretária de Estado e um Ministro. As entidades são o município de Albufeira, a Secretaria-Geral da Administração Interna e Guarda Nacional Republicana e se repararmos na dificuldade que tem esta problemática, na cláusula quarta diz procedimento de empreitada, só para ver as dificuldades está aqui eu vou ler, *o primeiro outorgante, que é a Câmara Municipal, é responsável pela promoção do lançamento dos procedimentos da empreitada e respetiva execução, bem como da fiscalização e da coordenação de segurança em obra com vista à construção no imóvel identificado na cláusula terceira do presente contrato, do novo posto territorial da guarda Nacional Republicana dos Olhos de Água. Quer dizer, a Câmara que é o primeiro outorgante, faz praticamente tudo, depois, a segunda outorgante, que é a Secretária-geral, autoriza o preço base do procedimento referente à empreitada. Ponto três, o primeiro outorgante só pode proceder à notificação da adjudicação após autorização da segunda outorgante e do parecer da terceira outorgante, depois o ponto quatro, a primeira outorgante remete à segunda e à terceira outorgante cópia do contrato de empreitada. E depois no ponto cinco, a segunda e terceira outorgantes monitorizam mensalmente a execução da obra, e diz finalmente no ponto seis, o primeiro outorgante garante a produção e a afinação da placa da obra autorizada na segunda outorgante, em zona visível do público. Agora vejam bem se isto não é um puzzle, é um quebra-cabeças. Isto é bem exemplificativo das dificuldades que tem este procedimento de obras. Posso dizer que no protocolo inicial estava para ser quinhentos mil euros, a obra e era distribuída equitativamente entre o município e a Secretária-geral do Ministério da Administração Interna, que era duzentos e cinquenta mil euros cada, na altura e os projetos de arquitetura era da Câmara Municipal, mas os projetos de especialidades era*



da Secretária-geral da Administração Interna. Entretanto pediram-nos se podíamos nós, Câmara Municipal, executar o projeto das especialidades. Assim, o entendemos e foi logo respondido que sim, para não demorar mais tempo. Entretanto, chegou-se a esta conclusão, que já estava tudo terminado e agora já está, agora falta a assinatura do contrato interadministrativo para lançar o concurso e podem ter certeza que tudo continuarei a fazer, para esta vergonha ser levada a efeito, porque isto é uma vergonha, independentemente de estarem na junta de freguesia dos Olhos de Água que amavelmente cedeu, com dificuldades do próprio espaço e não só, cedeu as instalações, evidentemente que quando se diz que eles vão sair amanhã ou depois de amanhã, isso agora compete à Guarda Nacional Republicana resolver o problema, com certeza que não é a Câmara Municipal que vai resolver o problema. Agora o que interessa aqui é não haver mais questões e mais obstáculos a partir daqui. O auto de medição todos os meses, não sei o que é que vai acontecer com estas três entidades aqui, um manda para lá, o outro já não concorda outro. Não sei, vamos ver, esperemos é que isto tudo corra o melhor possível e dentro de pouco tempo, a obra esteja terminada." -----

Luna Silva: "Senhor Presidente, fico bastante agradecida com o seu esclarecimento. Isto, de facto, o tempo que esta obra tem decorrido, no entanto, eu tenho realmente aqui uma falha que quero corrigir, já por três vezes que falei neste assunto e, de facto, nunca dei ali valor e congratular a senhora Presidente da Junta de Freguesia, que de bem, de boa-fé acolheu estes militares e permitiu que eles pudessem na junta de freguesia exercer as suas funções. Obrigado." -----

Não havendo mais intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação. -----

VOTAÇÃO: -----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Ausências: uma (01) Carlos Quintino. -----

Votos a favor: vinte e três (23) Adriano Ferrão, Francisco Oliveira, Raul Ferreira, Inês Mendonça, Mónica Coimbra, Helena Simões, Domingos Coelho, Dário Pereira, Luna Silva, Leonardo Paço, Luis Afonso, Silvia Dias, Carla Vieira, Margarida Guilherme, Cláudia Raimundo, André Lima, José Vila-Nova, Carlos Mendes, Carla Madeira, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne. -----



A proposta foi aprovada por unanimidade dos presentes. -----

PONTO TREZE

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da aprovação prevista na alínea b) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro referente à Proposta de “Taxas a cobrar pelo município de Albufeira pelo Licenciamento de atividades desenvolvidas e ocupação privativa do domínio público marítimo, no âmbito da Transferência de Competências concretizada pelo Decreto-Lei n.º 97/2018, de 27 de novembro; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Não havendo intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação. -----

VOTAÇÃO: -----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: uma (01) Luna Silva. -----

Ausências: uma (01) Carlos Quintino. -----

Votos a favor: vinte e dois (22) Adriano Ferrão, Francisco Oliveira, Raul Ferreira, Inês Mendonça, Mónica Coimbra, Helena Simões, Domingos Coelho, Dário Pereira, Leonardo Paço, Luis Afonso, Silvia Dias, Carla Vieira, Margarida Guilherme, Cláudia Raimundo, André Lima, José Vila-Nova, Carlos Mendes, Carla Madeira, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne. -----

A proposta foi aprovada por maioria. -----

O Presidente da Assembleia propôs a discussão, em conjunto, dos catorze e quinze e votação em separado, o que foi aprovado por unanimidade. -----

PONTO CATORZE

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da 3.ª Revisão - Alteração Modificativa das Grandes Opções do Plano 2023-2027; -----

PONTO QUINZE

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da 3.ª Revisão - Alteração Modificativa ao Orçamento e ao Plano Orçamental Plurianual 2023-2027, incluindo a 2.ª alteração ao Mapa de Pessoal, incluindo Plano de Recrutamento para o ano 2023; -----

O Presidente da Assembleia apresentou os pontos e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----



Tomaram o uso da palavra os membros: -----

Luna Silva: "Na terceira revisão, alteração modificativa às Grandes Opções do Plano dois mil e vinte e três, dois mil e vinte e sete, plano plurianual de investimentos e atividades mais relevantes, foi utilizada a anulação parcial de alguns projetos, como é o caso do projeto dois mil e vinte e um barra treze que trata de ser a unidade de apoio à família do Centro de Saúde de Albufeira. Na primeira revisão orçamental apresentada a vinte e sete de fevereiro de dois mil e vinte e três, a rubrica apresentava uma dotação de cem mil euros e agora na terceira revisão orçamental, a rubrica sofre uma modificação com menos de quinze mil euros, resultando assim no valor total de oitenta e cinco mil euros. Assim começo por perguntar ao Senhor Presidente, quais são os motivos que levaram este executivo a anular de forma parcial, um projeto de cariz elevado e fundamental para o município? Já no âmbito da segunda alteração do mapa de pessoal, as alterações introduzidas no Departamento de Desenvolvimento Económico, Social e Cultural e Divisão de Ação Social vieram inserir um total de postos a criar, no caso de quinze assistentes técnicas na divisão de Educação, na Divisão da Ação Social, três técnicas de Educação Social, uma de psicologia, três de serviço social e duas assistentes técnicas. Eu prossigo a minha inscrição, questionando o Senhor Presidente se nas outras áreas, nomeadamente na área do Departamento de Planeamento e Gestão Urbanística, se entende que o número de arquitetos e profissionais nesta área são suficientes para responder a todos os pedidos urbanísticos que dão entrada diariamente nesta Câmara? É que por diversas vezes nesta Assembleia, já ouvimos munícipes a protestar a delonga e a morosidade dos processos de licenciamento de habitação, o que leva muita das vezes alguns a recorrer a outros municípios que tratam destes processos de forma célere e atempada. Face a estas contestações, tem este município alguma intenção de criar mais postos de trabalho nesta divisão?" -----

Presidente da Câmara: "Relativamente à questão de algumas anulações e de algumas reduções ou ampliações dos valores que estão inseridos nas rubricas, as revisões orçamentais, como costume dizer servem precisamente para isso, para a ir acertando ao longo e conforme a dinâmica que se vai criando e até costume dizer, quanto mais alterações orçamentais há é porque que se sente a necessidade de as haver e de introdução de projetos novos, que não estão ainda devidamente elencados, para que possa estar a rubrica aberta e ter capacidade para ser uma realidade, como há em vários



casos e depois acertos, porque estamos a chegar quase ao final do ano, e evidentemente que há verbas, se não se fizer agora a mudança para outros projetos que estão mais adiantados, não se realizam até ao fim do ano, daí essas alterações. Relativamente à questão do mapa de pessoal, não vai haver falta, com certeza e está tudo devidamente estruturado e organizado de acordo com os serviços e com as necessidades que os serviços entendem que são importantíssimas e são fundamentais para o desenvolvimento da atividade, quer educativa, quer social, quer urbanística. Com certeza que terá que se contratar mais pessoal para o setor do urbanismo, embora já tenhamos um conjunto de arquitetos que já pode permitir com mais alguma experiência que vão adquirindo, porque alguns entraram há relativamente pouco tempo, pode-se adquirir e com as sensibilizações que tenho feito ao longo destes últimos dias, no sentido de por a casa em ordem, mas também a questão da apreciação de processos, principalmente pôr em dia para evitar até determinado tipo de respostas aos cidadãos e aos munícipes e aos promotores, que muitas vezes são respostas que não são condicentes com aquilo que é o bom serviço da Administração Pública deve prestar aos seus cidadãos." -----

Não havendo mais intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou os pontos a votação. -----

VOTAÇÃO PONTO CATORZE: -----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: onze (11) Francisco Oliveira, Inês Mendonça, Mónica Coimbra, Domingos Coelho, Luna Silva, Silvia Dias, Carla Vieira, André Lima, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne -----

Votos a favor: treze (13) Adriano Ferrão, Raul Ferreira, Carlos Quintino, Helena Simões, Dário Pereira, Leonardo Paço, Luis Afonso, Margarida Guilherme, Cláudia Raimundo, José Vila-Nova, Carlos Mendes, Carla Madeira, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água. -----

A proposta foi aprovada por maioria. -----

VOTAÇÃO PONTO QUINZE: -----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: onze (11) Francisco Oliveira, Inês Mendonça, Mónica Coimbra, Domingos Coelho, Luna Silva, Silvia Dias, Carla Vieira, André Lima, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne -----

Votos a favor: treze (13) Adriano Ferrão, Raul Ferreira, Carlos Quintino, Helena Simões, Dário Pereira, Leonardo Paço, Luis Afonso, Margarida Guilherme, Cláudia Raimundo, José Vila-Nova, Carlos Mendes, Carla Madeira, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água. -----

A proposta foi aprovada por maioria. -----

Carla Vieira: "Albufeira Prometida vai ler a declaração de voto. Sabemos que são documentos técnicos e complexos, que não são de fácil compreensão pelo comum dos cidadãos, contudo, refletem a ação do executivo. Ora, a execução anual do plano plurianual de investimentos a três meses de findar o ano é de aproximadamente doze por cento, portanto, uma percentagem muitíssimo abaixo do planeado, o que demonstra grande inabilidade para execução e cumprimento do estabelecido pelo executivo. Verificamos que, nas áreas fundamentais, temos uma execução fraquíssima e destacamos saúde, um virgula doze por cento, habitação três virgula vinte e sete por cento, ação social três virgula setenta e oito por cento, educação oito virgula vinte e oito por cento, por isso, a bancada do Albufeira Prometida absteve-se na votação deste destes dois pontos." -----

Antes de encerrar a sessão, foram aprovadas, por unanimidade, as minutas das deliberações tomadas na Assembleia. -----

Nada mais havendo a discutir ou a deliberar, o Presidente da Assembleia deu por encerrada a sessão, cerca das 23:40 horas, de que foi lavrada ata que, depois de lida e aprovada, será assinada nos termos da Lei. -----

Albufeira, 25 de setembro de 2023 -----

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA _____

A PRIMEIRA SECRETÁRIA _____

O SEGUNDO SECRETÁRIO _____

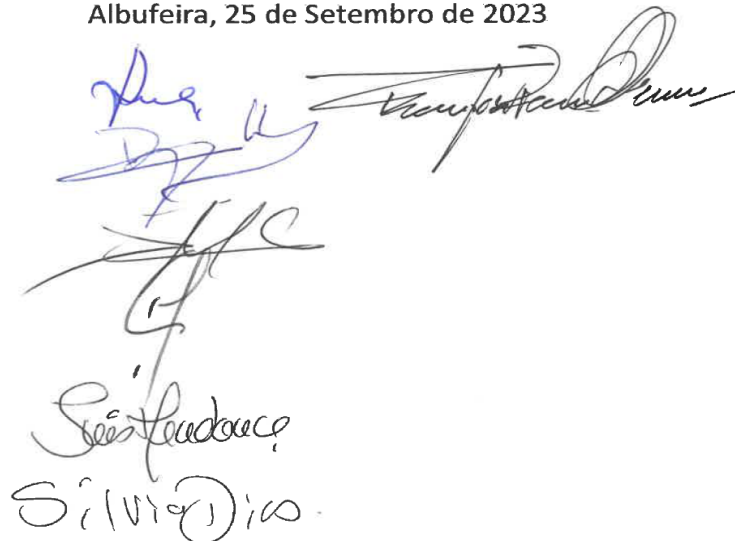
Doc. n.º 1



VOTO DE PESAR

A Assembleia Municipal de Albufeira reunida no dia 25 de Setembro de 2023 em sessão ordinária, expressa um voto de pesar e de solidariedade aos povos de Marrocos e da Líbia pelos trágicos acontecimentos recentemente ali ocorridos, que fizeram milhares de vítimas e destruíram infraestruturas essenciais. Assim, propõe-se à digníssima Assembleia um minuto de silêncio em memória das vítimas registadas naqueles países.

Albufeira, 25 de Setembro de 2023



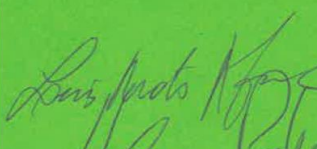
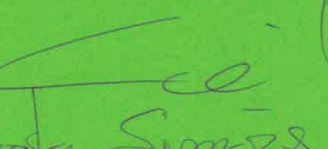

Silvia Dias



Proposta PSD / COS

A referida bancada, no ponto do da AM é ocorreu a 25.09.2023, propôs o aditamento do art. 5.º do Regulamento do Conselho Municipal de Segurança, devendo o mesmo passar a contemplar uma alínea referente a assegurar na sua composição um elemento de cada bancada, elemento este a ser indicado pela respetiva bancada.

Albufeira, 25 de Setembro 2023




 Rui Pedro
 Helena
 João
 Súdala Maria Ribeiro da Ponte Cabrita